



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA – MAHIS
ALEX DA SILVA FARIAS

**MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E SUJEITOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO
HISTÓRICA DO INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO (1965 – 1985).**

FORTALEZA – CEARÁ
2015

ALEX DA SILVA FARIAS

**MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E SUJEITOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO
HISTÓRICA DO INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO (1965 – 1985).**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História – MAHIS da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em história na área de concentração história cultural com a linha de pesquisa de memória, oralidade e cultura escrita.

Orientador: Prof. Dr. Gisafran Nazareno
Mota Jucá

FORTALEZA – CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Farias, Alex da Silva.

[recurso eletrônico] / Alex da Silva Farias. 142
2015.

1 CD-ROM: il.; 4 1/2 pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 100 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) 142
Universidade Estadual do Ceará, Centro de
Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e
Culturas, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: História Cultural.

Orientação: Prof. Ph.D. Gisafran Nazareno Mota
Jucá.

1. Memória. 2. Patrimônio. 3. Museu. 4.
Aracati. 5. Cidade. I. Título.

ALEX DA SILVA FARIAS

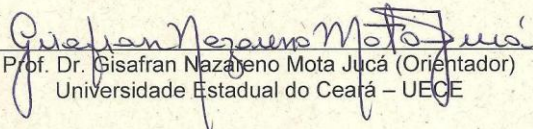
**"MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E SUJEITOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO
INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO (1965-1985)"**

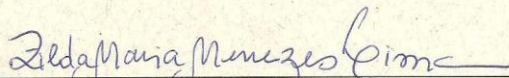
Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

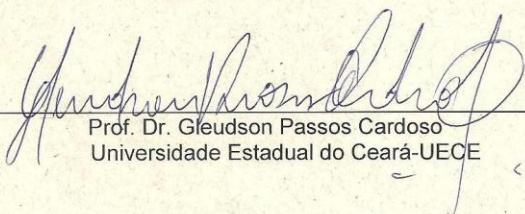
Área de Concentração: História e Culturas

Aprovada em: 28/05/2015.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE


Profa. Dra. Zilda Maria Menezes Lima
Universidade Estadual do Ceará – UECE


Prof. Dr. Gleudson Passos Cardoso
Universidade Estadual do Ceará-UECE

A Deus, ao pai, e ao filho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus.

Ao pai Francisco Menezes de Farias *in memoriam*.

Ao irmão querido Andrey Menezes da Silva Farias.

A minha eterna esposa Pricy Mary do Carmo Oliveira.

Às minhas filhas Ana Catarina Nogueira Farias e Maria Júlia Oliveira Farias.

Ao professor mestre e orientador Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá.

Aos diretores e funcionários do Instituto do Museu Jaguaribano.

Aos colaboradores pelas generosas entrevistas.

Aos professores e funcionários do Mestrado Acadêmico em História – MAHIS.

Ao Programa do MAHIS, pela oportunidade e aprendizado.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, pelo fomento e credibilidade à pesquisa.

“Eu prefiro ser essa metamorfose
ambulante do que ter aquela velha
opinião formada sobre tudo”
(Metamorfose Ambulante – Raul
Seixas).

RESUMO

A história da cidade de Aracati remonta ao período colonial, situada na foz do rio Jaguaribe, desenvolveu atividade portuária, mercantil, produtora e exportadora durante o período das charqueadas. Aracati guarda toda a atmosfera de uma época da história do Ceará, através do seu conjunto arquitetônico urbano e que refletiu o florescimento cultural pelo qual a cidade passou. O estudo da história da cidade serve de meio para analisar as relações entre as transformações urbanas e a criação de um museu fora dos grandes centros urbanos, pois as alterações no modo de vida e espaço urbano também demonstram a formação da cidade. É a partir de uma criteriosa releitura sobre o processo de patrimonialização dos bens histórico e cultural urbano local, na perspectiva do conjunto arquitetônico da cidade de Aracati, que levanto questões não apenas sobre como a representação da narrativa da história da cidade foi constituída, apropriada e reproduzida por sua instituição de preservação da memória local, esta criada por uma elite local, mas principalmente perceber perspectivas diferentes nas alterações das práticas culturais no cotidiano da cidade. Tais indagações ajudam a compreender a influência das ideias e do pensamento da instituição de memória local, através da memória dos sujeitos sociais, na construção ou produção de valores e práticas culturais em um determinado contexto de temporalidade da história local. Levanto um debate que aborda os campos de investigação orientados para aplicações teórico-metodológicas da memória coletiva e do patrimônio cultural. O objeto é a memória dos sujeitos durante a criação do Instituto do Museu Jaguaribano, este museu de e da cidade, nascido do interesse de uma aristocracia intelectual local, empenhada no enaltecimento da história da cidade e em preservar os bens históricos e culturais da região, que por um lado tanto produziu e determinou a representação da história da cidade, como alterou o modo de se agir e pensar o patrimônio histórico e cultural do e no município. A metodologia usada vai além da análise discursiva da narrativa da história local, estabelecendo um diálogo entre as fontes escritas, sobre a criação do Museu Jaguaribano no período de 1965 a 1985, data do recorte aqui proposto, e das fontes orais, através da perspectiva dos sujeitos sociais, fundadores, sócios, integrantes e excluídos da esfera cultural local.

Palavras-chave: Memória. Patrimônio. Sujeitos Sociais.

ABSTRACT

The history of the city of Aracati dates back to colonial times, situated at the mouth of the river Jaguaribe, developed port activity, commodity, producer and exporter during the period of charqueadas. Aracati keep the whole atmosphere of an era in the history of Ceará, through its urban architectural complex and reflected the cultural development for which the city has passed. The city's history of the study serves as a means to analyze the relationship between the urban transformations and the creation of a museum outside major urban centers, as changes in lifestyle and urban space also demonstrate the formation of the city. It is from a careful rereading of the patrimonialization of historical and cultural assets urban local process, in view of the architectural ensemble of the city of Aracati, which raise questions not only about how the narrative representation of the history of the city was incorporated, appropriate and reproduced in its preservation of the institution of local memory, this created by a local elite, more especially perceive different perspectives on changes in cultural practices in the city everyday. Such questions help to understand the influence of the ideas and thinking of local memory institution, through the memory of social subjects, construction or production values and cultural practices in a context of temporality of local history. Raise a debate that addresses the research fields oriented theoretical and methodological applications of collective memory and cultural heritage. The object is the memory of the subjects during the creation of the Museum of the Institute Jaguaribano, this museum and city, born of the interest of a local intellectual aristocracy, committed in the city's history of enhancement and preserving the historical and cultural heritage of the region. On the one hand both produced and determined the representation of the city's history, as amended way of acting and thinking the historical and cultural heritage and the municipality. The methodology goes beyond the discursive analysis of the local history narrative, establishing a dialogue between the written sources on the establishment of Jaguaribano Museum from 1965 to 1985, date of the cut proposed here, and oral sources, from the perspective of social subjects, founders, partners, members and excluded from local cultural sphere.

Keywords: Memória. Patrimônio. Sujeitos Sociais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Centro Histórico do Aracati.	19
Figura 2 – O Solar do Barão do Aracati. Sede do Instituto do Museu Jaguaribano.	33
Figura 3 – Solenidade no Instituto do Museu Jaguaribano em homenagem a D. Freire Falção.	64
Figura 4 – Planta Baixa do Solar do Barão de Aracati.	77

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAL – Associação Aracatiense de Letras.

ABL - Academia Brasileira de Letras.

ABHO - Associação Brasileira de História Oral.

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

E.E.F.M. Barão de Aracati. – Escola de Ensino Fundamental e Médio Barão de Aracati

E.E.F.M. Beni de Carvalho. – Escola de Ensino Fundamental e Médio Beni de Carvalho

FAFIDAM – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos.

FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará.

GPPUR – Grupo de Pesquisas em Práticas Urbanas.

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

ICOM – Conselho Internacional de Museus.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,

MHN – Museu Histórico Nacional.

SESI – Serviço Social da Indústria.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UECE – Universidade Estadual do Ceará.

UFC – Universidade Federal do Ceará.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A CIDADE E OS SUJEITOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO.....	16
2.1	A cidade de Aracati.	17
2.2	A cidade em formação no tempo.	24
2.3.	O Instituto do Museu Jaguaribano.	31
2.4	Sujeitos Sociais e Fundadores.	41
3	A REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA MEMÓRIA DOS SUJEITOS SOCIAIS.....	44
3. 1	Memória e Patrimônio.....	45
3.2	História Oral e Sujeitos Sociais.....	55
3.3	Representações do Cotidiano Cultural no Espaço Social dos Sujeitos Sociais..	60
4	SOCIABILIDADE E REPRESENTAÇÃO NA CULTURA LOCAL.....	67
4.1	O Instituto do Museu Jaguaribano e os Sujeitos Sociais.....	68
4.1.1	Os Fundadores:.....	69
4.1.2	Os Sócios:.....	70
4.1.3	Os Visitantes:.....	72
4.1.4	Os Funcionários:.....	74
4.2	O Acervo do Instituto do Museu Jaguaribano:.....	74
4.2.1	O que tem e onde estão?.....	75
4.3	Como funciona, pra quem e por que?	80
5.	CONCLUSÃO.....	82
	REFERENCIAS.....	84

1. INTRODUÇÃO

O interesse por este tema surgiu durante o curso de Graduação de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, quando defendi monografia no ano de 2001 com o título “O Aracati e o Instituto do Museu Jaguaribano”. Naquele momento fiz pesquisas nos arquivos do Museu Jaguaribano e no Arquivo do Jaguaribe, quando oportunamente foi possível identificar os documentos referentes à sua formação. Após leitura e análise das fontes percebi que as atividades e posicionamentos da instituição evidenciavam “O uso do Museu como Patrimônio Cultural no Ensino de História” título de monografia produzida ao final do curso de Pós-graduação em Metodologia do Ensino de História também pela Universidade Estadual do Ceará – UECE/NECAD, em 2005. Porém, expandindo horizontes em outras áreas do conhecimento faço uma releitura das fontes mantendo um diálogo com a história oral, aprofundo as análises com novas metodologias e aproximo o debate para o conceito de cultura e patrimônio na memória local, o que me permitiu fazer comparações entre as práticas discursivas da narrativa da história do município com a história oral temática.

O Museu Jaguaribano foi institucionalizado pelo Instituto do Museu Jaguaribano que deu amparo legal para seu funcionamento. Seu processo de criação foi anterior a sua inauguração, pois surgiu de uma ideia e uma estratégia de ação que buscava definir e consolidar a trajetória do museu num determinado momento da história da instituição. O museu que nasceu do interesse de um grupo de aracatienses, intelectuais em diversas áreas, membros de uma elite cultural local, pregavam o enaltecimento da história da cidade e o resgate do patrimônio histórico.

O objeto de estudo desta dissertação é a representação do conceito de patrimônio histórico e cultural na memória dos sujeitos sociais, ou seja, como a apropriação do discurso de preservação e tombamento determinou práticas culturais e sociais na história da cidade. As fontes escritas oficiais utilizadas para a pesquisa foram produzidas pelos próprios fundadores do museu, estes documentos são fonte de pesquisa, pois relatam suas ações e atividades da época em que foram constituídos, que nos são dadas a ler nas assembleias do período de 1965 a 1985. Como sujeitos sociais, identifico: os membros de uma aristocracia erudita e intelectual composta por: professores, advogados, políticos, religiosos e comerciantes, em sua maioria natural do

município; indivíduos da cultura popular e inseridos na esfera cultural e os fundadores do Instituto do Museu Jaguaribano.

Partindo destas premissas faço um levantamento e análise da produção historiográfica sobre o recorte temporal proposto, produzo uma investigação sobre os seguintes questionamentos, surgida em torno do objeto privilegiado na pesquisa: como a representação do conceito de patrimônio histórico e cultural, apropriado pela elite cultural local, foi interpretada na construção da história da cidade; por outro lado qual o significado do patrimônio cultural local na memória dos sujeitos sociais; se a partir de um determinado momento se produziu um discurso diferente sobre a preservação da cidade, por que algumas ideias ficam e outras não; o que o museu da cidade nos proporciona e que valores e práticas representam na memória cultural da cidade? Tais indagações ajudam a melhor compreender a influência do pensamento dos sujeitos sociais na construção, produção de valores e práticas em um determinado contexto social e cultural. Refletindo sobre a trajetória histórica do Museu Jaguaribano a partir da memória e práticas dos sujeitos sociais, explico seus interesses, influências e interferência na instituição, comparando e confrontando as fontes escrita e oral.

A proposta é compreender em que sentido as permanências, rupturas e transformações de seu discurso singular contribuíram para seleção, exaltação e censura na construção simbólica do passado da cidade. Penso em focar a discussão sobre a categoria patrimônio e analisar comparativamente seu discurso no sentido de entender sua representação como prática cultural, posto que o patrimônio significasse os diversos e diferentes grupos sociais existentes na cidade sendo espaço de conflitos e interesses contraditórios.

As representações dos sujeitos sociais não variam apenas na posição social, mas também na percepção e apreciação do patrimônio. O museu também faz parte desta discussão, pois em seu espaço reside tanto uma história local como a sua própria, ele nos permite perceber a produção e fixação de uma memória da história da cidade. Particularmente o Museu Jaguaribano interessa pelo fato: de ser museu de toda a região Jaguaribana; de localizar se em um monumento histórico, o Solar do Barão de Aracati; de refletir a representação de cidade e de ser vanguardista na luta pela preservação dos bens históricos e culturais. Assim, justifico a investigação da produção cultural do Museu Jaguaribano no intuito de entender o papel da memória dos sujeitos sociais na construção cultural da cidade. Diante do exposto parto da história do Instituto do Museu

Jaguaribano para desconstruir a narrativa da história da cidade na memória coletiva, portanto entendo que o patrimônio histórico cultural local é um lugar de memória.

No primeiro capítulo “A Cidade e os Sujeitos Sociais na Construção Histórica do Instituto do Museu Jaguaribano”, construo um chão histórico ao situar o Instituto do Museu Jaguaribano como objeto de investigação em tela para problematizar o discurso dos sujeitos sociais, fundadores desta instituição de perpetuação da história local. Questiono de que maneira uma elite fundadora de uma instituição de memória se apropriou da narrativa da história local e ampliou seu campo de atuação através de um discurso de preservação do patrimônio histórico da região. Promovo uma análise do discurso historiográfico das fontes oficiais escritas, durante a criação, inauguração, reabertura do Instituto do Museu Jaguaribano e tombamento do Solar do Barão de Aracati. Repenso suas atividades e ações culturais para além de seus sistemas museais, mas também de seu uso como memória institucional.

Quando faço esta análise levo em conta os regimes de historicidade no contexto social em que inexistia um museu na região e quando passou a ser referência cultural na cidade, pois os interesses, influências e interferência dos sujeitos sociais e fundadores contribuiu para seleção, exaltação e censura durante a construção simbólica do passado da instituição e da narrativa da história da cidade. Então, de que forma o discurso de uma elite cultural local ampliou seu campo de atuação interferindo na representação narrativa da história da cidade através da apropriação de um conceito durante seu processo de patrimonialização?

O objetivo, portanto é repensar, através da memória dos sujeitos sociais, sua proposta em preservar o patrimônio histórico da região e desta forma refletir sobre de que maneira uma instituição constituiu a memória de si e da história local. A metodologia utilizada é uma análise do discurso de preservação e tombamento na narrativa da história da cidade e que serviu para significar uma representação da realidade, portanto trago um novo olhar sobre o processo de patrimonialização durante a trajetória histórica desta instituição, investigando o campo de atuação do Instituto do Museu Jaguaribano na sociedade local.

No segundo capítulo “A Representação do Patrimônio na Memória dos Sujeitos Sociais” teço uma análise sobre a relação entre as transformações no modo de vida urbana e a criação de um museu em uma cidade do interior do estado e fora dos grandes centros urbanos, fazendo um mapeamento do processo de patrimonialização e do conceito de patrimônio histórico e cultural urbano local.

Investigo, mediante a memória dos sujeitos sociais: fundadores, sócios, público e excluídos do Instituto do Museu Jaguaribano, de como se manifestaram seu sentido nos modos de agir, pensar, lembrar, esquecer e representar articulado o processo de interpretação e produção de uma historicidade. O objetivo, portanto, é reconhecer como os sujeitos dão sentido às práticas e a seus discursos, através das ações que limitam ou delimitam suas posições em relação à dominação e ao passado. Entretanto, para se compreender as perspectivas e a apropriações que deram sentido às práticas culturais, é necessária uma análise do lugar social que relacione o saber intelectual e elitista através dos campos de sua atuação.

Compreendo a lógica do pensamento e da memória dos sujeitos sociais, em um determinado contexto, que por um lado tanto determinou a representação da história da cidade, estabelecendo uma relação de poder; como alterou o modo de se agir e pensar o patrimônio histórico e cultural do e no município, influenciando o cotidiano cultural local. Foco a discussão nas questões que envolvem as aplicações teóricas, que abordam os campos de investigação orientados para a história cultural.

No terceiro capítulo “Sociabilidade e Representação na Cultura Local” que trata das representações do Instituto do Museu Jaguaribano na memória dos sujeitos sociais na cultura local. Compreendo que o Museu Jaguaribano através da memória dos fundadores, sócios, visitantes e excluídos na esfera social e cultural da cidade.

Inquiro sobre como foi composto e adquirido a acervo do Instituto do Museu Jaguaribano através das coleções e exposições do Museu do Jaguaribe e dos documentos e objetos do Arquivo do Jaguaribe. Procuro a quem se destina e identifico assim suas práticas e sociabilidades. Na oportunidade faço uma análise da dinâmica do processo de ensino de educação patrimonial no município. Utilizo a memória dos sujeitos sociais para construir uma narrativa sobre de qual forma é representada para si e para os outros, sua instituição de memória local. Através do significado de conceitos e valores, suas práticas museais, políticas e pedagógicas foram incorporadas na memória coletiva local.

2. A CIDADE E OS SUJEITOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DO MUSEU JAGUARIBANO

Neste primeiro capítulo construo um chão histórico ao situar o Instituto do Museu Jaguaribano como objeto de investigação em tela, para problematizar o discurso dos sujeitos sociais, fundadores desta instituição de perpetuação de uma história local. Questiono de que maneira uma elite fundadora de uma instituição de memória se apropriou da narrativa da história local e ampliou seu campo de ação, através de um discurso de preservação do patrimônio histórico da região. É através da análise historiográfica das fontes, durante a criação e o desenvolvimento do Instituto do Museu Jaguaribano, que repenso suas atividades para além de seus sistemas museais, mas também de seu uso como memória institucional.

Quando faço esta análise levo em conta o contexto social em que inexistia um museu na região, pois os interesses, influências e interferência dos sujeitos sociais e fundadores contribuíram para seleção, exaltação e censura durante a construção simbólica do passado da instituição e da narrativa da história da cidade. Então, de que forma uma elite cultural local se apropriou de um discurso sobre o patrimônio e ampliou seu campo de atuação, interferindo na representação narrativa da história da cidade?

O objetivo, portanto, é repensar, através da memória dos sujeitos sociais, sua proposta em preservar o patrimônio histórico da região e desta forma refletir sobre uma instituição que constituiu tanto uma determinada memória de si como uma narrativa da história local. Os documentos escritos, produzidos pelos próprios sujeitos sociais, são fonte de pesquisa, pois relatam suas atividades e ações culturais na época em que foram constituídas e que nos são dadas a ler nas assembleias do período de 1965 a 1985. A metodologia utilizada é uma narrativa através da análise do discurso de preservação e representação, portanto trago um novo olhar sobre trajetória histórica da instituição, investigando o campo de atuação do Instituto do Museu Jaguaribano na sociedade local.

2.1. A Cidade de Aracati:

“As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam uma outra coisa” (CALVINO, 2003, p. 20). Este trecho de certa maneira nos faz refletir sobre as distâncias e perspectivas nos espaços urbanos. Como se articula a interpretação da historicidade na narrativa historiográfica da cidade? Esta indagação nos leva a ter um olhar mais atento sobre as práticas culturais (CHARTIER, 1987), exercidas dentro das cidades do interior e fora dos grandes centros urbanos. Analiso a cidade não como uma unidade homogênea, mas como uma categoria de e com função coletiva distinta, fonte de cultura material e imaterial, cujos traços urbanos demonstram o processo de formação e a ocupação da cidade em diferentes formas (PESAVENTO, 2007).

As práticas culturais são representadas no cotidiano, percebidas nas formas de se pensar, agir e refletir a região, entendida como o sentido de uma produção dos sujeitos, pois “cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes; mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e os lugares”. (GINZBURG, 1989, p. 171). É relevante, também, pensar a evolução e oposição intelectuais nos processos que constroem o sentido de sua apropriação e a produção do fazer e pensar o cotidiano. Em escala de legitimidade institucional, a história dos intelectuais é formada por um grupo de disciplinas dominantes. Desenvolvida por sujeitos sociais tem exercício delimitado pelo campo cultural, onde exercem ações e comportamentos, cujo discurso oral e escrito proporciona uma leitura dos problemas da cidade. Tais práticas merecem atenção, pois suas atividades por um lado é uma leitura do horizonte de expectativa da sociedade, como é instrumento para se analisar as transformações no cotidiano do espaço cultural urbano (HARTOG, 2014).

A continuidade e ruptura na narrativa histórica do município (BRESCIANI, 2003) foram transmitidas através de sua instituição de preservação de uma memória institucional¹, suscetível à apropriação e uso pelos museus de cidade. Conforme

¹ A documentação e produção de fontes, vivenciadas e não registradas nem conhecidas e reservadas do público e até do privado, incrementaram novas práticas de argumentação que evidenciaram uma memória

Meneses (1985, 2003) os museus de cidade são instituições urbanas, nostálgicas, imutáveis, míticas e de restrita leitura das contradições históricas, que permitem uma discussão sobre as intencionalidades na construção e perpetuação da história local.

Esta ideia considera a noção de cidade como um fato histórico, entretanto também sofre interferência dos regimes de historicidade em suas questões urbanas, a concepção de progresso da cidade é fruto de sua consciência. Então o lugar, o sujeito e a história são determinantes que se implicam na realidade. O regime de historicidade permite investigar como uma sociedade trata seu passado; qual consciência que faz de si e de comunidade e serve ainda como instrumento para se comparar tipos, modos e formas de se relacionar e interpretar o tempo. Determina ainda a tradição na ordem do tempo e a sua desarticulação com o passado, com o presente e com o futuro, porém o que se observou foi que o passado não era igual a esquecimento e sim um método de se esconder a realidade presente (HARTOG, 2014).

No início do processo de ocupação lusitana, as terras coloniais serviam para a exploração do pau-brasil. Isto favoreceu a penetração de estrangeiros que invadiram o interior da região a fim de manter comércio com os nativos, mantendo a extração do pau-brasil, embora não tenham criado estabelecimento fixo (GIRÃO, 1989). Como na serra da Ibiapaba, quando os franceses expulsos de Pernambuco por Duarte Coelho se dispersaram para outros locais, onde encontraram pau-brasil em abundância (ABREU, 2000).

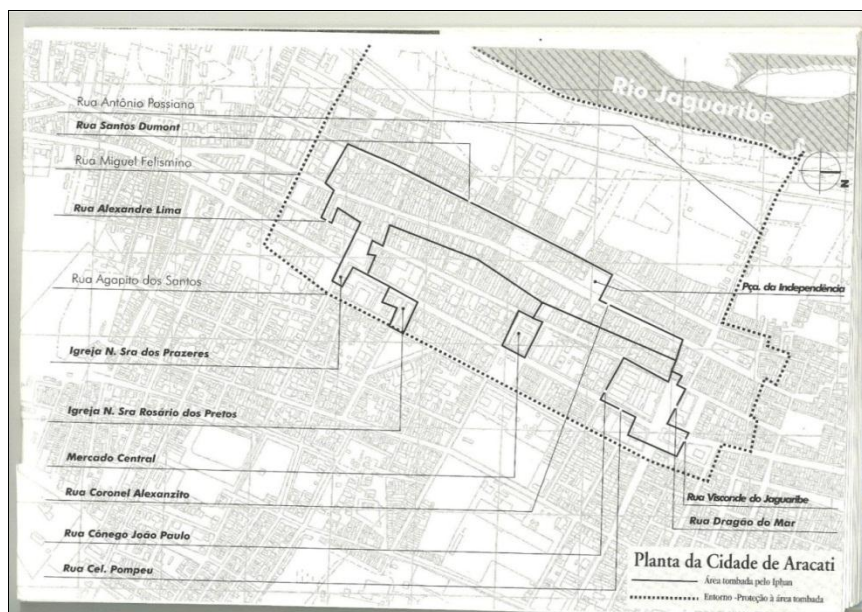
As terras pertencentes ao Ceará foram doadas em 1535 a Antônio Cardoso de Barros, considerado o primeiro donatário da Capitania do “Siara Grande”, que não tomou posse de sua doação, nem se interessou em colonizá-la, pois considerou que as terras não despertavam o interesse da política mercantilista da Metrópole (PINHEIRO, 2000). Em 1603 houve a primeira tentativa oficial de ocupação do Ceará com Pero Coelho de Souza, que obteve o direito de explorar o rio Jaguaribe combatendo os piratas estrangeiros. Foi durante o período das Capitanias Hereditárias que as terras foram doadas pela coroa lusitana para que os donatários arcassem com as despesas gerais e se fimassem como senhores de engenhos (ABREU, 2000). As primeiras sesmarias do Ceará foram de 1678 a 1682, localizavam-se no litoral e a expansão delas se deu ao longo dos rios, enfrentando a resistência do gentio bravo, as expedições criavam currais

que cediam espaço para as fazendas ou sítios nos caminhos de comércio da Capitania. Deste modo, a pecuária favoreceu a expansão territorial e levou o sistema administrativo lusitano a reorganizar suas ocupações (JUCÁ, 1994).

Localizada a 149 km de Fortaleza na microrregião do litoral leste do Estado do Ceará, pela rodovia CE-040, pertencendo à mesorregião do Jaguaribe, rio sempre marcante na sua história, o município de Aracati, possui uma área de aproximadamente 1.228.058 Km², ocupando 0,77 % da área total do Estado. É limítrofe: ao norte com o Oceano Atlântico; ao sul com os municípios de Itaiçaba e Palhano; a leste com o Estado do Rio Grande do Norte e a oeste com o município de Beberibe. Tem como coordenadas geográficas: 4° 33' 42'' de latitude sul e 37° 37' 42'' de longitude oeste, a temperatura média varia entre 30° e 20°, a pluviometria média é de 935,9 mm por ano, o solo predominante é de areias quartzosas distróficas, areias quartzosas marinhas, solo aluvial plano e solódico.

Aracati representa o quinto município cearense mais rico em valor histórico, de fundamental importância para a construção da história do Ceará. Dado ao seu valor histórico, paisagístico e artístico o seu sítio histórico foi tombado em 2001 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A área poligonal tombada é de aproximadamente 154.838,66 m², seu entorno de 631.312,60 m² com 275 imóveis. Seguindo as orientações da Carta de Veneza, redigida em 1964 e que formulou as definições básicas sobre pesquisas arqueológicas junto às atividades de restauro dos monumentos históricos, o IPHAN seção Ceará promoveu o restauro e utilização do sítio arqueológico do Centro Histórico de Aracati. Este caracterizado por: edificações antigas datadas entre os séculos XVIII e XX, e de material arqueológico doméstico, de construção e de estrutura, cuja área poligonal de tombamento compreende principalmente as ruas Coronel Alexanzito, Coronel Alexandrino, Coronel Pompeu e Santos Dumont. O Centro Histórico de Aracati apresenta uma sequência estratigráfica de eventos como as cheias no núcleo histórico da cidade, medidas de higiene e da reformulação da arquitetura colonial e a expansão urbana.

Figura 1: Mapa do Centro Histórico de Aracati.



Fonte: PAIVA, Olga Gomes de (Coord.). Aracati: patrimônio de todos para a preservação do patrimônio cultural. IPHAN. Ministério da Cultura: Fortaleza, 2000.

Aracati tem grande valor histórico para o Estado, tanto pela sua influência na economia e cultura coloniais como pelo estado de conservação de seu patrimônio histórico, que preserva em sua paisagem urbana a arquitetura deste período. O conjunto arquitetônico do centro histórico de Aracati passou a ser considerado patrimônio nacional e foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em abril de 2001, conforme Lista dos Bens Culturais inscritos no Livro do Tombo (1938-2012), (IPHAN, 2013). O topônimo Arraial, Ribeira do Jaguaribe, Cruz das Almas, São José do Porto dos Barcos e Santa Cruz do Aracati identificam o termo Aracati. O nome “Aracaty” é oriundo dos antecedentes indígenas provavelmente dos Potiguaras que significava o vento forte na região próximo ao litoral e mais ameno na região de Icó, o vento “Aracaty”, justifica a escolha do nome da cidade (STUDART, 1895 e AYOSA, 1972).

A história da cidade Aracati remonta ao período colonial, quando o então Capitão-mor Pero Coelho de Sousa, para expulsar os franceses da Ibiapaba, partiu da Paraíba com dois grupos: um por terra e outro pelo mar e se encontraram às margens do rio Jaguaribe. Vendo que os indígenas não lhes eram hostis ergueram um forte, em 10 de agosto de 1603, dia de São Lourenço. Edificação que viabilizou tanto o fluxo de emigrantes como a fixação da população às margens do rio Jaguaribe, aumentando o comércio e a comunicação na região, que se centralizou no então povoado de São José do Porto dos Barcos do Jaguaribe. Durante o século XVIII a atividade portuária

ascendeu sua produção mercantil, principalmente no período das charqueadas que tanto produziu como exportou. Em 24 de fevereiro de 1748, foi elevada à Vila de Santa Cruz dos Barcos do Jaguaribe pelo Conselho Ultramarino e Vila Sede em 20 de junho de 1780. Somente tornou-se cidade através de lei provincial em 25 de outubro em 1842, quando governava o Ceará o brigadeiro José Joaquim Coelho (LIMA, 1979; XAVIER, 1994). De acordo com Lima (1979), desde sua elevação os aracatienses reclamavam da pequena área de seus limites e exigiam o aumento de sua demarcação, reivindicavam terreno desde a margem oriental do rio Jaguaribe até Mossoró. A posse ocorreu em 1793, porém somente estabeleceu-se limite às margens da direita do rio Jaguaribe, ficando as da esquerda sob a jurisdição de Aquiraz até 1820.

A Igreja e as Irmandades religiosas, o estado Português, os agentes econômicos, a Câmara Municipal e os demais grupos atuaram para determinar a organização do espaço no município; para tanto se aplicou a construção de um pelourinho hoje “Cruz das Almas” e da Casa de Câmara e Cadeia. (BARBOSA, 2011). Concordam Barbosa (2004) e Jucá Neto (2008) que mudanças para atender as recomendações do Conselho Ultramarino de Lisboa sobre o padrão morfológico para a criação de vilas foi necessário, portanto, uma reestruturação urbanística da cidade de Aracati: ergueram um pelourinho, hoje Praça Cruz das Almas, o local para a construção da Casa de Câmara e Cadeia, construída somente em 1779 no local atual.

As cidades do período colonial não foram elementos de muita importância para a Coroa lusitana e cresceram na dependência das propriedades agrícolas. As alterações no controle e a consolidação do sistema colonial levaram a mudanças nas Vilas e Cidades. Não havia um planejamento; foi somente no período pombalino que surgiu o plano urbanístico como instrumento civilizado e legitimador, dando visibilidade de poder e dominação para a Coroa. Instituído uma sede administrativa, um poder religioso e um controle de mercado, foi a partir do século XIX que surgiu uma diversidade de atividades na vida urbana. A cidade era também lugar de conflitos e expressão de descontentamento com a dominação colonial, marcada pelo paternalismo. Há ainda no século XIX a emergência de festas, salões e letrados na sociedade, devido às mudanças nos grupos e espaço social. A cidade colonial era marcada pelo luxo oriundo do domínio rural e de grandes propriedades, portanto sua relação com o poderio local continuava nos espaços privados e públicos do cotidiano (LANNA, 1996 e BARROS, 2012).

Aracati participou, não só como maior riqueza da província, mas também como centro influente de cultura deste período, pois “Aracati, como porto de mar acessível, relativamente próximo ao Recife e de Salvador tornou-se, mesmo antes de ser elevada à Vila, pulmão da economia colonial da Capitania, cuja riqueza era, em maior parte, por ela transitada” (GIRÃO, 1989, p.65). As charqueadas trouxeram a circulação de bens e o consumo de produtos, que influenciaram a arquitetura e o cotidiano. Assim, as elites ostentavam nas casas e edificações a representação da condição social do proprietário (GIRÃO, 1984; ROLIM, 2012 e ARAGÃO, 1996). No período foram importados arquitetura e conceitos inovadores nas atitudes sociais visto em algumas casas de sobrado, praças, igrejas e monumentos e em outros elementos da morfologia urbana (LEAL, 1995 e BARBOSA, 2011), assim percebido no

telhado para a frente, de bica, beira e sobre-beira, se era, de um lado, uma adaptação ao clima, era de outra parte, também, um símbolo de status social. Os mais modestos não passavam da bica, os melhores em situação financeira poderiam ter bica e a beira; só os mais remediados, de posição social mais elevada, tinham condições para ter, além da bica, a beira e a sobre-beira (LEAL, 1995, p.102).

Devido ao seu ascendente comércio, Aracati era a Vila mais populosa em 1780, de maneira que as elites do local se preocuparam em manter um plano urbanístico que acompanhasse sua atual posição frente à Capitania. Conforme as exigências da Coroa Portuguesa foram tomadas medidas necessárias para adequá-la a sua posição, portanto,

a riqueza e o contato com as gentes mais civilizadas fizeram dos aracatienses os homens mais notáveis da capitania, não só no trajar, nas artes, nas letras e nas ciências, mas nos negócios. Ser natural de Aracati representava, na época, uma legítima carta de apresentação (GIRÃO, 1989, p. 67).

De maneira que sua trajetória histórica reflete em seu conjunto arquitetônico a atmosfera de uma época que reproduziu o florescimento cultural pelo qual a cidade passou. Seu patrimônio histórico e cultural urbano se manteve preservado até nossos dias e só foi possível tanto pela ascensão econômica, que proporcionou o consumo de bens e produtos como pelo declínio e estagnação econômica que a cidade suportou (CASTRO, 1977).

A queda da exportação das carnes, por consequência de secas, que dizimaram o gado no sertão, a par da entrada do produto gaúcho no mercado nacional, aos poucos conduziu o Aracati à estagnação. A decadência irreversível, entretanto só é observada após a construção da Estrada de Ferro de Baturité, iniciada em 1870, tendo como ponto

de partida a capital, para a qual se desloca desde então o comando comercial da Província (CASTRO, 1977, p.11).

Por outro lado a consciência de preservação dos seus bens históricos, por parte de uma elite cultural local, contribuiu para a conservação do próprio patrimônio histórico do município.

O patrimônio mudou de perspectiva, antes o foco era a nação agora é a sociedade, hoje a ação preservacionista não opera mais no físico e sim na ação cultural, articulando questões de interesse coletivo e individual. (RODRIGUES, 1996). A opção pela categoria patrimônio advém da indagação que as fontes proporcionaram e indicaram uma discussão sobre de que maneira a representação de tal conceito se manifesta nas práticas culturais. O termo patrimônio histórico se insere numa perspectiva de acumulação de bens e na necessidade de novos conceitos que se renovam com seus objetos, assim um conjunto de bens identificados pelo homem a partir de suas próprias interpretações (ABREU, 2003). Do mesmo modo a mudança no conceito de monumento demonstra transformações que se verificam na contemporaneidade, desde quando as grandes obras arquitetônicas foram substituídas pela formação de acervos documentais. Conforme ressalta Le Goff (2008), com a noção de monumento histórico, o monumento trata do sentimento, da emoção, onde a comunidade possa rememorar os acontecimentos, sacrifícios, ritos e crenças. O referencial histórico, portanto, pressupõe representar as relações sociais e o monumento histórico que tem por finalidade inserir-se no tempo e retroceder o passado, relacionando-se tanto com a longa duração como com a história política da cidade (RIEGL, 2006).

O conceito de cultura é difícil de estabelecer, pois o termo pode ser adotado por diferentes comunidades intelectuais para dar respostas a interesses ou problemas diversos. Foram os sociólogos e antropólogos que se aproximaram dos termos valor e tradição. Esta definição caracteriza a presença de membros de uma mesma classe numa comunidade, com diferentes indicativos de sua reflexão com outras classes ou no seu próprio universo. O conceito hierárquico de cultura está incrustado na mentalidade ocidental, de maneira que forma a impressão de padrões e valores que se reflete e transmite de uma cultura para outra. Vários pressupostos explicam a noção hierárquica de cultura, herdada da qualidade de moldar o ser humano e aceita como estrutura social pela elite hereditária. O ideal do conceito hierárquico de cultura também atrai e transmite a exclusão e a insatisfação dos grupos (BAUMAN, 1999).

Diferente de outras cidades históricas, Aracati nos permite perceber singularidades sobre os usos de seus espaços urbanos como no seu museu de cidade, que em um presente, constituiu uma narrativa da trajetória histórica da cidade. Sobre esta memória institucional, que foi capaz de determinar, manter e perpetuar uma história local, podemos então fazer algumas considerações sobre o significado dos regimes de historicidades, na proposta de seu discurso de preservação do patrimônio, a partir da visão dos fundadores do Instituto do Museu Jaguaribano², o museu da cidade. Foi através do horizonte de expectativa deste lugar de memória que surgiu uma representação do museu de cidade. Museus são lugares onde a memória é exercida, estruturada, hierarquizada, preservada e produzida, podendo ser lugares físicos ou não, tais como os documentos, arquivos, monumentos e museus (NORA, 1981). Visto que houve um empenho em enaltecer e preservar apenas um determinado passado da história da cidade. Reflito então sobre como a história desta cidade foi transmitida a partir desta instituição de preservação da memória local.

2.2. A Cidade em Formação no Tempo:

“Mas é você. Que ama o passado. E que não vê. É você. Que ama o passado. E que não vê. Que o novo sempre vem” (BELCHIOR, 1976). A letra da música citada nos leva a refletir sobre como são representadas as temporalidades na narrativa da história regional e local, transmitidas por uma instituição de preservação da memória do município, o museu de cidade. A esta categoria se atribui modos de agir e pensar sobre as continuidades nas suas lembranças e comemorações e, por outro lado, sobre as rupturas do presente com um passado que se quer esquecer ou preservar. Destina-se transmitir às gerações futuras o sentimento de continuidade e manifestam o interesse em igualar-se com um segmento da sociedade. Forma-se da repetição de certos rituais a fim de conservar coletivamente os saberes, (CANDAU, 2014). Refletindo sobre as perspectivas de futuro no horizonte de expectativa (HARTOG, 2014) e na constituição da narrativa da história das cidades, questiono as manifestações desta instituição de memória na representação da cultura local.

² Fundado em 15 de novembro de 1968, localizado na Rua Coronel Alexanzito, nº. 743 em Aracati, Ceará, no Edifício do Solar do Barão do Aracati.

O espaço urbano é um lugar de coisas produzidas e que demonstra como a cultura de um determinado período foi construída (ARGAN, 1998), contudo é “a luta pela apropriação da cidade visando resguardar seus significados culturais que testemunham modos de vida e experiências” (MAGALDI, 1992, p. 22). Desta maneira a cidade pode representar os conceitos e valores da ordem urbana e das instituições e por isto trago um novo olhar sobre a trajetória histórica da cidade repensando a perspectiva de uma instituição de memória.

A trajetória da história da cidade de Aracati foi constituída por uma narrativa e produzida por entidades e indivíduos e por ser uma cidade histórica nos possibilita indagar sobre o uso do seu conjunto arquitetônico urbano na interpretação da história local. Fazendo uma análise sobre a narrativa da história da cidade, questiono como suas práticas culturais interferiram na alteração na ordem do tempo (HARTOG, 2014). De outro modo indago de que maneira as alterações nos regimes de historicidade deram sentido às representações sobre o discurso de preservação do patrimônio histórico. É na narrativa da trajetória histórica da cidade que observo as manifestações das práticas culturais dentro das relações de poder.

Segundo White, (2011) a narrativa é a um só tempo modo de discurso e o produto deste discurso e como tal possui uma relação com o tempo. Observo que a narrativa da história da cidade de Aracati seguia um determinado discurso, produzido em um momento e que projetou em sua história um sentimento de nostalgia e glorificação do passado. Isto contribuiu para a continuidade da mesma estrutura social de uma aristocracia intelectual local, que referenciou um passado áureo, que desejava perpetuar.

Conforme Estatuto de 1984, no capítulo 02 em Parágrafo único: são considerados sócios fundadores os que se associaram a ideia da organização do Instituto no ato de sua fundação e assinaram a respectiva ata³. O pensamento dos fundadores desta instituição provocou interferências na ordem do tempo (HARTOG, 2014) e do seu discurso (FOUCAULT, 2001), pois estabeleceu um prognóstico de seu futuro onde obtiveram a chance de conservar seu passado ilustre. Isto refletiu na construção do

³ Participaram: Raimundo Girão, Hélio Idelburque Carneiro Leal, Irmão Luís Facó, João José Dias de Oliveira, Padre João Cornelius Hennekan, Abelardo Costa Lima Filho, Abelardo Gurgel Costa Lima, Antônio Lúcio Porto Caminha, Alcy Barbosa Gurgel, Luiz Alreliano de Souza, Dr. Meton Barreto de Moraes, Irmã Helena Wanderley da Fonte, Irmã Maria Osminda Teófilo Bezerra, Irmã Catarina Nogueira, Irmã Luísa Vasconcelos Bezerril, Antônio Kleber Alexandre Gondim, Arnaldo José Rodrigues Praça, Sonia Dias de Oliveira, Rosália da Costa Nepomuceno, Norma Ribeiro da Silva, Francisco Nilton de Souza, Elizabeth Pitombeiras Freitas, Maria Bernadete Gurgel Felismino, Alba Barbosa Gurgel, Maria Stella Moreira de Souza. D. José Falcão Freire, Francisco Eriberto de Souza e Carlos Gueiros Kramer.

imaginário da instituição na cidade, tornando-o conhecido como o “museu do Aracati”. Composto por sonhos, projeções de e com diferentes interpretações do tempo que se quer perpetuar, pois conforme Certeau (1995, p. 43) “na medida em que os objetos povoam o imaginário fixam a topografia daquilo que não mais se faz, podemos nos perguntar se, reciprocamente, aquilo que mais vemos não define hoje aquilo que mais falta”.

A questão agora então envolve o uso de um passado da cidade, focado na nostalgia do período colonial e imperial, pois foi a narrativa da história da cidade que norteou a representação de um imaginário da cidade e do museu. A desconstrução desta narrativa demonstra o uso da memória como instrumento de poder (LE GOFF, 2008). Fica evidenciado, assim, que as lembranças, esquecimentos e reconhecimento são formas que tanto afirmam como confirmam a perpetuação da memória local (RICOUER, 2007), pois a recordação de um passado nos leva a questionar o presente.

Dentre os sócios fundadores do museu alguns eram escritores e ou professores e outros também historiadores e memorialistas, que produziram uma historiografia local. Sobre a historiografia e literatura local, respectivamente, encontramos os trabalhos do ex-prefeito Abelardo Gurgel Costa Lima (12/05/71 a 14/06/06) “Terra Aracatiense”, que traz um panorama dos aspectos geográficos, e históricos sobre a cidade, além de expor os monumentos e ilustres personagens locais, dando ênfase à importância da cidade no cenário nacional. Outras obras foram publicadas: “Pequena Corografia do Município do Aracati”, compêndio de dados e informações sobre o município e “A tragédia do “Orós” e o município de Aracati”, com direcionada para a área legislativa e política. Foi advogado pela Universidade Federal do Ceará (U.F.C.), contador, professor, repórter e diretor dos jornais “Gazeta de Notícias”, “Correio do Ceará”, “A Razão”, (órgão oficial da Ação Integralista Brasileira), fundador do jornal “Gazeta do Jaguaribe”, semanário político que circulou em Aracati. Suas obras são eruditas e usadas mais para fins acadêmicos, com forte influência das pesquisas de autores da Revista do Instituto do Ceará.

A professora Socorro Mattos publicou dois livros: o primeiro, “Conhecendo um pouco da vida de Beni de Carvalho”, é um estudo com informações sobre a biografia e obra do autor: “como dava aula no Beni de Carvalho senti a carência muito grande de

assunto e de conteúdo sobre o nosso patrono”⁴. No segundo, “Desbravando o município de Aracati”, a autora narra “a história da cidade, do folclore e do patrimônio” (MATOS, 2005, p. 07), acessível ao público estudante e turista, comenta que “reuni as pesquisas que tinha, daí pesquisei mais e dentro de seis meses escrevi o livro”, relatando sobre as dificuldades na época para se publicar um livro. Ainda, sobre o livro didático de história, atualmente o município utiliza em sua rede de ensino “Construindo o Aracati - Ensino Fundamental I”, autoria de Raulene Gonçalves Oliveira da Silva⁵ e Silvana Fernandes Mariz⁶.

Aliás, o turismo era uma das preocupações do Instituto do Museu Jaguaribano, tanto que lançou “Aracati. Informações turísticas”, de autoria do Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal. Tinha a finalidade de divulgar e esclarecer sobre o Museu Jaguaribano e sobre a história do Aracati, fazendo uma relação entre a cidade, seus monumentos e o museu, alertando sempre para a preservação do patrimônio da região. O Instituto do Museu Jaguaribano publicou também “Instituto do Museu Jaguaribano: Arquivo do Jaguaribe” com dados históricos, agradecimentos e Regimento Interno. Há ainda manuscritos diversos ainda não editados, como “Instituto do Museu Jaguaribano – um pouco de sua história e de suas realizações mais recentes”, de autoria do Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal. É uma pequena narrativa da história do Instituto do Museu Jaguaribano; outro manuscrito é “Considerações sobre o Traje” do Irmão Marista Régis Pierre, justificando a importância de roupas adequadas e a proibição de vestimentas impróprias para adentrar o museu.

Dentre os Aracatienses na literatura e cultura, posso citar alguns mais homenageados como: Monsenhor Bruno, José Avelino, Liberato Barroso⁷, Castro Carreira, Beni de Carvalho, Adolfo Caminha, Paula Ney, Herman de Castro Lima. Já entre os autores da literatura atual local, cito Raimundo Herculano de Moura, que escreveu “Coisas Velhas Saídas de Beira do Túmulo”. Há ainda outros memorialistas: são médicos, políticos e professores, como Leônidas Cavalcante, autor de “Retalhos da História” com narrações de fatos históricos e acontecimentos do município. Destaco

⁴ Profa. Maria do Socorro de Matos. 58 anos, professora da rede pública e particular há 35 anos, é sócia do Instituto do Museu Jaguaribano, ainda é membro da diretoria, reside em Aracati, entrevista concedida em sua residência em 01 ago. 2012.

⁵ Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará e especialista em Turismo e Meio Ambiente pela Universidade Estadual do Ceará.

⁶ Graduada e Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará, graduada em Letras-Inglês pela Universidade Estadual do Ceará e doutoranda em Educação na Universidade Federal do Ceará.

⁷ Foi Deputado Federal, Senador e Ministro do Império e Presidente de Pernambuco.

ainda o Senhor José Correia da Silva⁸, que publicou “O Aracati que eu vivi”; não faz parte do circuito literário intelectual comum aos demais, pois é de família humilde, que conseguiu certa inserção na cultural local, mas não no meio da aristocracia intelectual.

Muitos dos sócios têm publicações mais específicas: o Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal, autor de “A Igreja de Nossa Senhora do Rosário – A Igreja a Matriz”, onde narra a construção, trajetória das igrejas do município de Aracati; ainda sobre as igrejas da cidade, publicou “Capela do Cristo Rei, Colégio Marista de Aracati e o Bem-aventurado Padre Marcelino José Bento Champagnat”, considerando os eclesiásticos da paróquia. “Singelo documentário de alguns atentados ao patrimônio cultural de Aracati 1940 – 1994” é outra obra em que o autor expõe publicamente os avanços e atentados ao patrimônio histórico e cultural no município. “Bandas de Música de Aracati” é uma leitura sobre as primeiras e principais bandas e filarmônicas das diversas agremiações na cidade, “Casa de Câmara e Cadeia de Aracati” trata sobre a trajetória da criação e instalação da Casa de Câmara e Cadeia em Aracati. A trajetória de vida do Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal se confunde com a própria do museu, já era escritor de livros de direito, mas como historiador foi somente a partir de sua entrada no Museu Jaguaribano.

Outro autor foi o senhor Antônio Figueiredo Monteiro⁹ (1909-1988) como todos os outros também foi diretor do Museu Jaguaribano e apresentava aos domingos na “Rádio Cultura de Aracati” o programa “Momento da Cultura”, publicou “Crônicas Históricas” e “História do Aracati”. O senhor Antero Pereira Filho¹⁰ continua a lista de intelectuais e eruditos que escrevendo sobre a história da cidade com vários artigos publicados, dentre tais: “A maçonaria em Aracati 1920-1949”; “Ponte Presidente Juscelino Kubitschek” e “Histórias de assombração do Aracati”.

As enchentes, causadas pelas águas do rio Jaguaribe, que invadiam e assolavam a cidade, eram uma constante na história local. Obviamente é retratada na historiografia regional e local. O viajante Henry Koster (1783-1820), em “Viagens ao nordeste do Brasil”, já narrava em 1810 o avanço das águas, obrigando a retiradas das famílias para

⁸ Senhor José Correia Lima conhecido como “Zé pezim” 87 anos, pensionista, foi jornalista e reside em Aracati, entrevista concedida em sua residência em 30 jul. 2014.

⁹ Antônio Figueiredo Monteiro (1909-1988), professor, jornalista, historiador, radialista, contador e funcionário público federal concluiu o Curso de Humanidades da Phenix Caixeiral; foi componente do jornal do Grêmio, escreveu ensaios em revista foi redator, tendo como colaboradores: Gustavo Barroso, Monteiro Lobato e Raquel de Queiróz.

¹⁰ Atuou como presidente do Instituto do Museu Jaguaribano durante duas diretorias (1976-1979/1982-1985). A história da cidade e do povo aracatiense são os objetos de seus e artigos crônicas publicados na imprensa local.

os altos das residências. Gustavo Barroso (1888-1959) também descreve as inundações de 1789 em “À Margem da História”. Porém, Abelardo Gurgel Costa Lima em “Pequena Corografia do Município de Aracati”, comenta que até 1956 as maiores enchentes foram nos anos de: 1732, 1743, 1751, 1789, 1805, 1832, 1839, 1842, 1866, 1917, 1922 e 1924; posteriormente os anos mais danosos: 1959, 1960, 1964, 1974 e 1985, depois construíram um dique de contenção em 1986. (BARBOSA, 2009).

Há ainda trabalhos anteriores, generalistas e exógenos à cidade, como o do historiador Raimundo Girão, em “Pequena História do Ceará”, pesquisas sobre as charqueadas, da professora Valdelice Carneiro Girão, em “As oficinas e charqueadas no Ceará”. De uma determinada distância podemos dizer que deram continuidade a uma narrativa histórica linear, cronológica e laudatória baseada em uma “história magister” (KOSSELLECK, 2006), que manteve a história da cidade em um modelo determinado; por outra perspectiva podemos considerar uma ruptura quando inovaram ao criar um museu em um determinado tempo e um espaço.

Segundo Koselleck (2014), a modernidade não é nova foi se impondo aos poucos, suscitando um novo tempo e um novo período cada vez mais novo do tempo futuro. A mudança acelerada do tempo nos trouxe um diagnóstico dos valores e sentidos. A história se repete estruturalmente, porém as estruturas também mudam interferindo mutuamente com os períodos temporais e suas maneiras de classificar. Esta é a característica da aceleração na modernidade que se apresenta visível nas mudanças estruturais da sociedade. Portanto é possível perceber estratos no tempo que mudam as repetibilidades dos eventos. De acordo com a proposta do autor a temporalização da história, da qual decorre a aceleração da história e que caracteriza a modernidade, permite perspectivas sobre o futuro almejado por grupos a partir de sua visão futuro. A aceleração do futuro distante em um horizonte de perspectivas orientadas para o progresso que fadaram a experimentar um presente totalmente inseguro (KOSSELLECK, 2006).

Uma das primeiras homenagens literárias do Museu Jaguaribano foi para a reedição da obra “A Divorciada”, de Francisca Clotilde (1862-1935), lançada 1902. É um romance que aborda os hábitos e costumes sociais na época sobre a questão do divórcio, elogiado pelos intelectuais da época. Em 12 de setembro de 1970 foi celebrada solenidade no auditório do Colégio Marista em homenagem a Dom Freire Falcão, que no momento ofereceu a Cruz Peitoral que pertenceu a Dom Aureliano Mattos ao Instituto do Museu Jaguaribano. De 18 a 26 de dezembro de 1971 foi realizado a I

exposição de fotografias do Aracati antigo, com a presença do jornalista Antônio Figueiredo Monteiro. As homenagens eram sempre e somente de aracatienses ilustres e heróis nacionais, as exposições de objetos apenas do município de Aracati, as comemorações eram exclusivas de datas cívicas nacionais e locais, ignorando objetos e a trajetória histórica de outras cidades da região Jaguaribana. Conforme seu Estatuto (1984) o Instituto do Museu Jaguaribano considera por Zona Jaguaribana a área que compreende os limites do município abrangendo Icó, Itaiçaba, Jaguaretama, Jaguaruana, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Óros, Palhano, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

Estes intelectuais lutaram por um ideal próprio de seu grupo e não com o coletivo como se pensava, de modo que não houve participação nem das camadas populares nem da esfera pública ou de outras cidades e sim buscavam manter uma tradição inventada. Segundo Hobsbawn (2012), as tradições inventadas nos séculos XIX e XX ocupam menos espaço nas vidas das pessoas e grupos do que as velhas tradições das sociedades. O termo é usado como invenção de tradições construídas, institucionalizadas, volátil, de localização imprecisa e que se constitui como um conjunto de práticas reguladas e legitimadas através da repetição dos rituais e símbolos. Também alteram os valores e normas de comportamento, consequentemente as continuidades e rupturas em relação ao passado. Ruptura e continuidade fazem parte das ações de grupos “tradicionalistas” que se apropriaram e adaptaram aos usos e práticas de velhos costumes. Com avanços da modernidade, os padrões sociais das “velhas tradições” foram modificados e aumentaram a flexibilidade de novas tradições. Em suma as tradições inventadas são indícios, indicam problemas e podem esclarecer as relações humanas com o passado, são interdisciplinares envolvendo historiadores, antropólogos, sociólogos e psicólogos (HOBSBAWN, 2012).

Conforme Chartier (1996), a leitura é uma prática cultural que permitiu solucionar problemas de ordem social, pois é um produto que exige determinados requisitos como condição e consciência. Há de não se confundir ao erro de crer que a cidade era livre de analfabetismo, muito pelo contrário, pois “o intelectual é também alguém que pode agir a distância ao transformar as visões de mundo e as práticas cotidianas” (CHARTIER, 1987, p. 243). Para entender a leitura é preciso construir um tempo para o outro e para a atual maneira de si apropriar da coisa escrita, não representando apenas uma obra mais a inserção no mundo daqueles.

Com efeito, a interpretação de tal prática foi determinante para a apropriação do espaço cultural da história da cidade, mesmo com poucos alfabetizados e leitores, os livros circulavam para uma cidade do interior, pois “tem um efeito enorme publicar e tornar público” (CHARTIER, 1996, p. 244). Até 1958 funcionava em Aracati o gabinete de leitura, cuja influência foi fundamental para a consciência letrada da cidade. Estas questões deixam claro que havia um silêncio tanto das outras cidades como de pessoas menos favorecidas no contexto de sua narrativa. Como então esta elite fundadora alinhou seu discurso individual ao coletivo? As celebrações, exposições e homenagens faziam parte de um projeto integrador da sociedade e, portanto, determinavam como se deveria recordar o passado e por que ou quem eram os referenciais do presente, a intenção era não apenas o que lembrar, mas o que deixava de comemorar. Celebrar o patrimônio era uma prática diferente, pois partiu de um projeto que interagiu a um passado individual compartilhado com o presente coletivo. Desta forma estabeleceram e determinaram o quê e quem deve ser conhecido, lembrado e esquecido, permitindo uma perspectiva de visão diferente dos museus do interior e fora dos grandes centros urbanos.

2.3. O Instituto do Museu Jaguaribano:

“Eu vejo o futuro repetir o passado, Eu vejo um museu de grandes novidades, O tempo não para, não para, não, não para” (CAZUZA, 1989). O trecho citado inspira uma reflexão sobre as continuidades e rupturas nos museus e nos leva a tecer um olhar mais atento sobre suas práticas culturais e museal. Tais merecem atenção, pois seu exercício amplia a sua rede de relações e produz novos sentidos, além de estabelecer novas linhas de pensamento, determinando o que deve ser conhecido principalmente na história dos municípios transmitida pelos museus de cidade.

A partir da década de 70 houve uma ampliação dos conceitos de museu e do patrimônio principalmente durante a mesa redonda de Santiago no Chile, quando se considerou a instituição de museu como gestor da comunidade. Tais discussões conceituais levaram a um movimento de reflexão sobre a museologia e criaram duas vertentes, a tradicional e a nova museologia. A primeira voltada para o objeto, um edifício, para um público específico através de uma pedagogia formal; na segunda o

objeto é relacionado num contexto com ações desenvolvidas fora do edifício e exercidas pela comunidade (SANTOS, 1993).

Alguns bens no município de Aracati estão sob lei de tombamento e preservação do patrimônio histórico estadual, dentre eles¹¹ o Solar do Barão do Aracati¹², onde funciona atualmente o Instituto do Museu Jaguaribano, cujo art. 1º de seu Estatuto de 1971 e de 1984 cita:

Art.1º O Instituto do Museu Jaguaribano, sociedade civil, sem cor, político-partidária, ideológica ou religiosa, com sede na cidade de Aracati, Estado do Ceará, fundado em 15 de novembro de 1968, tem por finalidade precípua a preservação do patrimônio histórico e acervo cultural da zona Jaguaribana através do Museu Jaguaribano e do Arquivo do Jaguaribe a ele anexo. (ESTATUTO, 1984, p. 6).

Foi o Instituto do Museu Jaguaribano que deu amparo legal para o Museu Jaguaribano e o Arquivo do Jaguaribe funcionarem. Seu processo de criação surgiu de uma ideia e uma estratégia de ação, cuja intenção de criar o museu foi anterior ao do instituto, porém este teve e foi o primeiro a ser criado. No entanto, percebo que seu primeiro estatuto, redigido em 1971, pelo professor Geraldo da Silva Nobre; Felício Idelburque Carneiro Leal e o professor João José Dias de Oliveira e ainda submetido à aferição da Secretaria de Cultura e do senhor Bispo (LEAL, 1995), era uma forma de institucionalizar-se, “através do Museu Jaguaribano e do Arquivo do Jaguaribe a ele anexo” (ESTATUTO, 1984, p. 6).

¹¹ A Casa de Câmara e Cadeia tem como uso atual a Câmara de Aracati; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, que exerce a atividade de culto religioso. Ver SOUZA, Simone. ALENCAR CUNHA, Terezinha Helena de. VELOSO, Francisco Augusto Sales. **Patrimônio Tombado — Guia bens do Ceará Tombamento**. Secretaria da Cultura e Desporto, Ceará, 1995.

¹² José Pereira da Graça foi juiz de Comarcas locais, Deputado Federal, Presidente do Maranhão e membro do Superior Tribunal.

Figura 2. O Solar do Barão do Aracati. Sede do Instituto do Museu Jaguaribano.



Fonte: Maria Joseluci Gondim.

Particularmente o Instituto do Museu Jaguaribano nos interessa pelo fato de ser segundo seus fundadores o museu que representava toda a região Jaguaribana, e de vanguarda, era a única instituição local que lutou pela preservação dos bens histórico e cultural da região, como os trabalhos de preservação, restauração e manutenção nas Igrejas de Nossa Senhora do Rosário, Matriz, o Pão de Santo Antônio e a Casa de Câmara e Cadeia, além dos bens e objetos históricos de seu acervo. O Museu Jaguaribano e o Arquivo do Jaguaribe legitimavam-se um ao outro, pois ambos tinham em comum a “finalidade precípua a preservação do patrimônio histórico e acervo cultural da zona Jaguaribana” (ESTATUTO, 1984, p. 06). No Museu Jaguaribano eram desenvolvidas atividades “nas datas festivas do Brasil, do Ceará e da zona Jaguaribana” (ESTATUTO, 1984, p. 09) e homenagens aos heróis nacionais e homens ilustres da cidade, “o culto dos feitos singulares da história do Ceará e do nordeste e, em particular da zona Jaguaribana” (ESTATUTO, 1984, p. 09). O Arquivo do Jaguaribe era responsável pelos documentos, fotografias e jornais do Aracati e da região Jaguaribana. Por outro lado era o mantenedor da erudição e do conhecimento científico, com o

intuito de dar suporte para o Museu Jaguaribano se legitimar como uma instituição responsável pela cultura local.

Vejo que ambos hierarquizam seus usos, estabelecendo quem podia, quando podia e de que forma podia ser utilizado. O primeiro valorizava as relações sociais através de uma rede de relacionamentos que estimulava a troca de favores. A filiação como sócios do Museu Jaguaribano do prefeito – Ruperto Porto, do secretário de cultura do Estado e historiador Raimundo Girão e do Bispo – Dom Freire Falcão, era uma forma de tornar-se referência cultural na região. O segundo privilegiava uns em detrimento de outros, através de homenagens, comemorações, celebrações e exposições. Tanto no Arquivo Jaguaribe como no Museu Jaguaribano, o que vingava era a vontade de verdade. Assim como os outros sistemas de exclusão (FOUCAULT, 2001), possuía um suporte institucional que ao mesmo tempo conduzia sua estratégia sobre um conjunto de práticas na pedagogia, na cultura e nas artes.

O Instituto do Museu Jaguaribano possui um rico acervo cuja classificação está dividida nas seguintes secções: história, arte sacra, artes, antropologia, antropologia cultural, etnologia, arqueologia, paleontologia, máquinas, tecnologia, ciências, biologia, arquivos históricos, documentação escrita, documentação oral, artes gráficas e cartografia. (SÁ PESSOA, [s.d.]). O Museu Jaguaribano vem mantendo de forma regular: Exposição de Fotografias do Aracati Antigo; Exposição de Jornais Antigos do Aracati; Exposição de Livros, Papéis e Documentos Antigos; e Exposição de artes. Esta última, patrocinada pelo Grupo Edson Queiroz e Sistema Verdes Mares de Comunicação, portanto, “para os artistas foi muito bom tinha ajuda de material, e tem estatuto da exposição, valorizando os novos artistas da cidade”¹³.

Ao diagnosticar as transformações, no período de 1965 a 1980, percebo que o Instituto do Museu Jaguaribano assumiu a função de instituição cultural local, cujo espaço social ganhou maior projeção no meio cultural da cidade. O significado da apropriação de um discurso erudito era a confirmação da autoridade do Museu Jaguaribano como da instituição e da verdade.

Como não houve participação nem das camadas populares nem da esfera pública e sim a manutenção das mesmas estruturas sociais, este discurso contribuiu para a constituição da memória da instituição. Conforme Foucault (2001) “a produção do

¹³ Senhor José Correia Calixto Lima, 67 anos, Artista Plástico, ex-diretor e ex-presidente do Museu Jaguaribano, residente na localidade do Cumbe, na cidade de Aracati, entrevista concedida na sede do Instituto do Museu Jaguaribano em 28/02/2013.

discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento” (FOUCAULT, 2001, p. 09); deste modo o significado deste discurso erudito era a confirmação da autoridade da instituição.

Abordo aqui os procedimentos de exclusão e interdição do discurso proposto por Foucault (2001), para entender como estas instituições se definiam e demonstravam uma apropriação da memória de si, sobre si e pelos outros. A análise deste discurso é objeto de reflexão sobre as suas lembranças, esquecimentos e reconhecimento que tanto firmaram como confirmaram uma instituição de perpetuação da memória local. Ao analisar as transformações nas últimas décadas, percebo que o Instituto do Museu Jaguaribano assumiu o papel como a instituição cultural, cujo espaço de preservação privilegiou não somente o discurso de uma elite, mas como instituição capaz de ordenar, civilizar, disciplinar e consolidar um conhecimento erudito (FOUCAULT, 2001), pois o discurso dos fundadores era o mesmo da instituição.

Conforme Santos (2004), os museus nacionais mantiveram suas narrativas até 1945, após esta data o Conselho Internacional de Museus (ICOM) ampliou a definição de museu abrangendo as práticas culturais. Nas décadas de 1950 e 1960 a conservação e o papel educativo eram a prioridades dos museus. Na década de 1970 foi criticado por transmitir um discurso oficial e das elites conservadoras. Já em 1972 na Declaração de Santiago do Chile considerou-se o museu como instrumento de desenvolvimento social, estas práticas levaram os museus a integrar-se a diversidade cultural local e defender seu patrimônio. Na década de 1980 produziram-se narrativas que substituíram os antigos discursos por uma nova historicidade, principalmente após a constituição de 1988 que deu maior autonomia aos municípios para criarem os museus de cidade.

Por três vezes foi cogitada a intenção de criar um museu, embora sem perceber que os fundadores reproduziram um museu de evidente tendência tradicional; isso foi unânime sem oposição entre os seus pares, no primeiro momento em 1965, durante a reunião do Conselho Comunitário de Aracati¹⁴, que recebeu dois cursos de Organização e Desenvolvimento da Comunidade. Patrocinados pelo Serviço Social da Indústria (SESI), e ministrados: o primeiro pela assistente social Diamantina Costa Conceição, no período de 11 a 20 de agosto de 1965; e o segundo pelo assistente social Henos Locatelli no período de 25 a 29 de julho de 1966. Os temas circulavam em torno da

¹⁴ Fundado em 20 de janeiro de 1965 conforme a **Assembleia Geral de 13 de outubro de 1973**. Instituto do Museu Jaguaribano.

influência do povoado de São José do Porto dos Barcos e no desenvolvimento da zona Jaguaribana; e da dilapidação do patrimônio histórico e do comércio ilegal deste acervo, “como nota indicativa das perdas irreparáveis que sofreu a cidade, basta citar o antigo sobrado dito das “Corujas”, abandonado e impiedosamente demolido da década de 40” (CASTRO, 1977, p. 12). A segunda em 1967, durante o encontro do VII Seminário de Ação Comunitária, promovido pelo Clube Idealista da Comunidade Aracatiense¹⁵, pois foi nesta ocasião em que o assunto versava sobre o enaltecimento da história do Aracati e da necessidade de se preservar os bens históricos e culturais da região, quando se aplicou a ideia de criar um museu para tal finalidade.

Nos dias 09 e 10 de 1967 em amplos salões do Ginásio Marista, por ocasião do VII Seminário de Ação Comunitária, o grupo interessado na concretização da ideia da fundação de um museu, com aquelas patrióticas finalidades realizou exposição dos mais interessados, numa demonstração eloqüente das reais possibilidades de instalação de um museu regional (ASSEMBLEIA GERAL, 1973, p. 07).

E por último em 1968, na ocasião da visita a pastoral de Aracati do bispo diocesano de Limoeiro do Norte, Dom José Freire Falcão¹⁶, quando recebido pelo Conselho Comunitário de Aracati, ele se mostrou favorável à criação de um museu na região Jaguaribana. Tanto que doou as peças e objetos religiosos que hoje compõem a secção de arte sacra do Museu Jaguaribano e também pôs à disposição a Igreja de Nossa Senhora do Rosário das Almas de Aracati para sede do Museu Jaguaribano e do Arquivo do Jaguaribe.

Neste momento o SESI, tendo como diretor regional o Major José Raimundo Gondim, também ofereceu o Solar do Barão de Aracati. Este é um dos mais importantes sobrados do sítio histórico de Aracati, foi edificado do final do século XVIII e passou por remodelação durante o século XIX. Foi tombado pelo decreto de n° 16.237, datado de 30/11/1983, de acordo com o Livro de Tombo Artístico (SOUZA, 1995). O Historiador, Antero Pereira Filho afirma que o Solar teria em maior parte de sua existência pertencido ao Barão de Messejana, e depois em homenagem ao Dr. José Pereira da Graça Filho, o Solar do Barão de Aracati (PEREIRA FILHO, 2008).

¹⁵ Fundado em 07 de agosto de 1965, conforme a **Assembleia Geral de 13 de outubro de 1973**. Instituto do Museu Jaguaribano.

¹⁶ Bispo da Diocese de Limoeiro do Norte de 1967 a 1971, substituindo Dom Aureliano Matos (1889-1967) primeiro Bispo de Limoeiro do Norte; suas obras, na maioria no município de Limoeiro do Norte foram: Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), o Ginásio Diocesano, o Liceu de Artes e Ofícios, a ponte sobre o Rio Jaguaribe.

Tendo em vista as características históricas do imóvel, a opção pelo Solar para abrigar o museu foi óbvia a partir do ponto de vista dos seus fundadores. O uso dos museus como residências de homens ilustres era uma prática comum nos museus brasileiros, tanto para justificar a importância histórica do bem como para legitimar seus heróis. As relações estreitas entre a institucionalização da memória e as classes privilegiadas têm favorecido esta concepção museal. Não é fruto do acaso e fato de muitos museus estarem fisicamente localizados em edifícios que um dia tiveram uma identificação com residência de indivíduos poderosos. Isto contribuiu para representar o imóvel como “casa de rico”, o que nos levar a imaginar uma cidade sem contradições ou perspectivas. Por outro lado nos leva a concluir que o “museu do Aracati” era um local que valorizou a memória dos grandes artistas, líderes, políticos e militares.

Alguns membros do grupo realizaram várias pesquisas de campo em algumas cidades de: Itaiçaba, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Fortim, Mutamba, Icapuí e Areias (Ibicuitinga), além dos povoados de Maceió, Barrinha e localidades de Chapéu e Majorlândia, Ponta Grossa e Farol também, nas mais diversos pontos da zona Jaguaribana, com o intuito de conscientizar a população para a preservação através de doações e contribuições para o Arquivo do Jaguaribe e para o Museu Jaguaribano. Porém, percebo que o movimento, para angariar objetos para compor o acervo do museu, não surtiu efeito de imediato sobre a população, ao contrário do que esperavam conforme registro de doações em inventário.

No entanto, o interesse dos cidadãos aumentou após surgirem as primeiras doações¹⁷, oriundas da paróquia, da diocese de Limoeiro do Norte e de algumas famílias abastadas da cidade. Os objetos eram na maioria religiosos, louças e utensílios domésticos, móveis e mobiliários, geralmente para uso e guarda. Foi então eleita a primeira diretoria do Instituto do Museu Jaguaribano em caráter provisório¹⁸ e produzido seu primeiro Estatuto. O apoio do secretário de cultura do Estado e historiador Dr. Raimundo Girão foi muito importante, pois, junto com a Prefeitura Municipal de Aracati, aplicaram com urgência as reformas necessárias para adequar o museu ao Solar.

¹⁷ Ainda em 1972 o Sr. Hélio Idelburque Carneiro Leal doa a biblioteca que pertenceu a seu pai o Desembargador Cláudio Idelburque Carneiro Leal ao museu, conforme **Assembleia Geral de 13 de outubro de 1973**. Instituto do Museu Jaguaribano.

¹⁸ Assim constituída: presidente - o advogado, Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal; vice – presidente o Padre João Cornélio Hennekan; secretário - o professor Antônio Lúcio Caminha; as professoras Elizabeth Pitombeiras de Freitas – tesoureira e Alba Barbosa Gurgel – diretora do museu, conforme **Assembleia Geral de 13 de outubro de 1973**. Instituto do Museu Jaguaribano.

Na inauguração em 22 de dezembro de 1968, o então prefeito Ruperto Cavalcante Porto, em solenidade fez vários agradecimentos¹⁹ e, na ocasião, a museóloga Nair de Carvalho cortou a faixa simbólica de inauguração; em seguida discursou o secretário de cultura do Estado, o historiador Raimundo Girão, que destacou o objetivo, finalidades e valor histórico do Museu Jaguaribano em sintonia com o plano de desenvolvimento do governo de Plácido Castelo²⁰.

Seu funcionamento permaneceu constante até 1972, quanto o Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal era superintendente do SESI. Seu substituto o coronel Alexandrino Correia Lima, superintendente do SESI/CE entre 1972 e 1975, imediatamente negou acesso ao museu, alegando o uso do edifício para residência de seus servidores, impedindo a manutenção e recuperação das peças do acervo além da biblioteca e cômodos do Solar, ou seja, do Museu Jaguaribano e do Arquivo do Jaguaribe. Durante cinco anos, o Museu Jaguaribano permaneceu fechado, “um velho descontentamento entre o SESI e a direção do Instituto do Museu Jaguaribano motivou o fechamento, há quase um ano, daquela casa de cultura”, segundo matéria veiculada em jornal²¹.

Em vista disto o Instituto do Museu Jaguaribano pôs como obrigação principal, para a gestão do período, o acesso ao Museu Jaguaribano e ao Arquivo do Jaguaribe. Não houve maiores disputas partidária, tanto que a chapa, “Nova Fase²²”, foi eleita por unanimidades tinha como, “plano: pleitear junto a quem de direito, o livre acesso ao Solar do Barão de Aracati, prédio em que se acha instalado, aliás, desde sua fundação o Museu Jaguaribano” (ASSEMBLEIA GERAL, 1976, p. 04). O então prefeito, Abelardo Costa Lima e também sócio do Museu Jaguaribano, manteve contato com o diretor da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) o Dr. José Flávio Costa Lima, junto com o novo diretor do Instituto do Museu Jaguaribano, o Senhor Antero Pereira Filho e conseguiram liberar o Solar do Barão de Aracati para o Museu Jaguaribano, feito que possibilitou constatarem a situação do Arquivo do Jaguaribe e do imóvel.

¹⁹ A Secretaria de Cultura do Estado; a Diocese de Limoeiro do Norte; a Prefeitura Municipal de Aracati; o Conselho Comunitário de Aracati; a diretoria do Instituto do Museu Jaguaribano e representantes do IPHAN e do SESI. Ainda o historiador Raimundo Girão, secretário de cultura do Estado; o escritor Braga Montenegro; a Museóloga Nair de Carvalho do Museu Nacional e o arquiteto João Barros Maia da Secretaria de Cultura do Município.

²⁰ Bacharel em Direito, foi Deputado Estadual em 1935 e em 1951. Também exerceu o cargo de Prefeito de Fortaleza e Governador do Estado do Ceará de 1966 a 1971, criou o Castelão e o Tribunal de Contas do Município.

²¹ **Jornal O Povo**, 18 Dez. 1975, Fortaleza. Ceará. “Museu de Aracati, fechado há um ano”.

²² Assim constituída: Presidente – Antero Pereira Filho; Vice – Hélio Idelburque Carneiro Leal; Secretaria – Maria Porto Silvério; Tesoureira – Raimunda Zuleide Silva de Oliveira.

Pode-se considerar o deplorável estado em que foram encontradas as dependências do Solar do Barão do Aracati, ocupadas pelas peças e móveis do Instituto do Museu Jaguaribano e pertencentes ao arquivo, dada a situação de imundície, sujidade e desasseio de mencionado acervo do Instituto do Museu Jaguaribano e dependências daquele Solar (ASSEMBLEIA GERAL, 1979, p. 06).

As primeiras medidas foram o levantamento das peças, limpeza e confronto com o inventário de 1973²³, através da colaboração dos alunos da Universidade Estadual do Ceará (UECE), da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) em Limoeiro do Norte. Foi então necessário, recuperação de algumas peças e reorganização da biblioteca e salas do museu. O Instituto do Museu Jaguaribano contou como apoio da 39ª Equipe do Projeto Rondon instalado no Campus Avançado de Limoeiro do Norte, com a participação das professoras Maria Darci Moura Lombarda, funcionária do Museu do Café do Paraná e Aparecida Duarte Geraldo, Doutora e professora de história da arte da Universidade Estadual de Londrina, Paraná.

Duas das integrantes do corpo de universitários do Projeto Rondon, engajados no Campus Avançado de Limoeiro do Norte e destacados para trabalhar junto a Instituto do Museu Jaguaribano, a senhorita Fátima Regina Carvalho e a senhorita Evanildes Santos, ambas da Universidade de Londrina do Estado do Paraná (LEAL, 1979, p. 34).

Houve um grande interesse e urgência por parte da diretoria do Instituto do Museu Jaguaribano em preparar as exposições para que o Museu Jaguaribano retomasse suas atividades, oportunamente no dia do município como data para a solenidade de reabertura em 25 de outubro de 1977.

Não houve um vácuo nem silêncio ou interrupção das ações museais entre os anos de 1972 e 1977. No período em que esteve fechado, seja por instabilidade de sede ou pelas enchentes de 1974 e 1985 que devastaram a cidade, o Instituto do Museu Jaguaribano não interrompeu suas atividades administrativas. A diretoria se reunia para tomar decisões nas dependências do Colégio Marista e da Igreja Matriz, onde mantinham assim a instituição viva e atuante, conforme as atas do período.

O Instituto do Museu Jaguaribano juntamente com o

Lions Club do Aracati estaria também tentando encontrar solução para o problema da Igreja de Nossa Senhora do Rosário das Almas, em estado deplorável – consequência da localização, ali, por deliberação exclusiva das autoridades, de famílias desabrigadas, ao tempo de enchentes do rio Jaguaribe, em 1974 (LEAL, 1979, p. 24).

²³ Inventário constituído pelo Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal em 1970.

Somente em abril de 1976, após debates e discussões, fora deliberado providências, dentre as quais: a reabertura do Museu Jaguaribano; liberação do Solar; restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário das Almas e remoção urgente dos desabrigados alojados nas dependências da igreja, para serem realocadas para armazéns e galpões.

Até o fechamento do museu as atividades resumiam-se a homenagens aos grandes heróis do país, Estado e do município e região; em 1970 houve a primeira exposição de fotografia do Aracati antigo em homenagem ao historiador Antônio Figueiredo de Monteiro e no mesmo ano deu-se o início da exposição de Arte Contemporânea em 1971, para celebrar o primeiro aniversário do Instituto do Museu Jaguaribano, quando foram produzidas: a III exposição de fotografias do Aracati Antigo; a II exposição de Jornais Antigos do Aracati Antigo e outras regiões do país; a I exposição de Documentos Antigos do Jaguaribe; Inauguração da Galeria dos Homens notáveis do Aracati; Homenagem a Beni de Carvalho e aos revolucionários da Confederação do Equador.

Mesmo quando fechado o Museu Jaguaribano, o Instituto do Museu Jaguaribano conseguiu, pela Lei Estadual nº 9887 de 1974 e somente dez anos depois pela Lei Municipal nº. 10 de 1984, ser declarado bem de utilidade pública. Era o reconhecimento como instituição filantrópica, de educação, científica, cultural e artística, que presta serviços ou benefícios e de interesse para toda a coletividade. Assim mantém parceria com escolas públicas e particulares da região, aproximando professores e alunos da instituição. Haja vista que o seu quadro de diretores era composto por professores da rede pública e particular da região. Tanto que em sessão ordinária²⁴, houve unanimidade entre seus diretores sobre a necessidade e importância do uso pedagógico do museu para o ensino de história da cidade.

Do mesmo modo o museu mantém apoio à cultura e à arte, pois tinha a “finalidade de reunir, para divulgar, trabalhos de artistas aracatienses e difundir as artes plásticas do município” (ASSEMBLEIA GERAL, 1980, p. 09), como pode ser constatado no empenho dos diretores em manter as exposições de fotografias, jornais, documentos antigos e trabalhos de artistas da região²⁵.

²⁴ Assembleia Geral de 13 de outubro de 1973. **Instituto do Museu Jaguaribano.**

²⁵ A VII exposição de fotografias do Aracati Antigo; a IV exposição de jornais antigos do Aracati e outras regiões do país; as exposições I, II e III de livros raros, papéis e documentos antigos; e as exposições de Arte, II e III em 15 de novembro de 1980 e 1981; além das homenagens e publicações.

Em 1980 o Instituto do Museu Jaguaribano firmou contrato de comodato com Sesi por um período de quatro anos a partir de 1980, a fim de fixar sua sede e em 1983 tombou o edifício. O processo de doação foi iniciado na gestão do superintendente do Sesi o Dr. Fernando Cirino Gurgel e concluído na administração Dr. Jorge Parente Frota Junior. No ano de 2000 o Sesi doou para uso oficial do Instituto do Museu Jaguaribano o Solar do Barão de Aracati, durante o governo de Lúcio Alcântara, passou por reformas em 2005 quando foi reaberto em 2009.

2.4. Sujeitos Sociais e Fundadores:

Identifico como os fundadores do Instituto do Museu Jaguaribano os membros de uma elite cultural²⁶, composta por professores, advogados, comerciante, políticos, médicos, sacerdotes e religiosos em sua maioria natural do município. Nem todos os fundadores estiveram diretamente envolvidos na criação do Museu Jaguaribano, os sujeitos sociais foram os que realmente atuaram na criação e manutenção do Instituto do Museu Jaguaribano.

Dentre eles cito dois em particular: o senhor João José Dias de Oliveira e o Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal. O primeiro foi doador, redigiu o primeiro estatuto e produziu textos sobre a história local, também indicou o senhor José Correia Calixto²⁷. O segundo não é natural da cidade, porém foi doador, presidente e diretor além de advogado e escritor, foi de longe o mais empenhado na criação de um museu na cidade, seus trabalhos influenciaram a historiografia local.

Como eram intelectuais e de famílias abastadas, possuíam algo que os unia, a preocupação em preservar determinada memória áurea da história da cidade, voltada principalmente para o período colonial. Esta era a política cultural voltada para o patrimônio histórico no momento e que propiciou a prática de um discurso diferente da época, pois sua proposta de preservar o patrimônio não era novidade no cotidiano cultural da cidade. Embora não incluísse toda a população, representando apenas um

²⁶ Tal conceito é insuficiente para determinar a realidade social em que esteja inserido. O modelo exige que seja definido em relação aos outros exigindo tanto certo grau de aceitação; domínio e controle do poder; e distinção dos demais, não são as ações individuais ou dos grupos, mas sim as formas culturais que definem o domínio e posição, ver BURKE, Peter. Conceitos centrais, in: **História e teoria social**. São Paulo, UNESP: 2002.

²⁷ Senhor José Correia Calixto Lima, 67 anos, Artista Plástico, ex-diretor e ex-presidente do Museu Jaguaribano, residente na localidade do Cumbe, na cidade de Aracati, entrevista concedida na sede do Instituto do Museu Jaguaribano em 28 fev. 2013.

grupo determinado, sua proposta inovou a visão de patrimônio no pensamento da aristocracia cultural local, pois foi a partir deste discurso que se produziu uma prática diferente de preservação.

Estes intelectuais lutaram por um ideal próprio e não coletivo como se pensava e assim costuraram uma rede de relacionamentos para criar, reabrir e manter o Museu Jaguaribano. Isto entrou na vida cultural da cidade e inseriu uma nova mentalidade sobre a política de preservação do patrimônio, a partir deste movimento social (BURKE, 2002). Em suma, esta sua prática singular permitiu a oportunidade de conservar seu passado ilustre.

A influência dos sujeitos sociais, na construção histórica do Museu Jaguaribano, provocou interferência na trajetória da instituição e na narrativa da história da cidade. Tanto pela seleção dos objetos, homenagens e exaltação de um passado da cidade, como pela produção cultural de um determinado segmento da sociedade ou em detrimento de si. Isto refletiu no interesse do uso do Museu Jaguaribano, não como lugar de disputas internas, mas no sentido de contribuir para a construção simbólica de um passado da cidade.

As exposições periódicas e permanentes que deveriam refletir o cotidiano da cidade eram um discurso nacionalista e conservador. As exposições vinculavam-se a um determinado discurso para dar maior visibilidade aos objetos, portanto são narrativas que justificavam a manutenção de teorias etnocêntricas e positivistas. Em suma, quero esclarecer que os objetos presentes nos museus são resultados de uma multiplicidade de construções sociais e representações coletivas, ou seja, os museus recontam história que já foram contadas. O acesso da população ao museu não quer dizer que se está democratizando a cultura, pode-se apenas transformar os objetos em estereótipos a serviço dos usos da memória.

A diretoria estava mais preocupada em aumentar o número de visitantes e de sócios para resolver problemas financeiros. Vejo que entre os sócios não havia pessoas de origem mais humilde, apenas de afortunados, influentes ou magistrados. Fazendo um comparativo com as atividades desenvolvidas no Museu Jaguaribano e em outras atividades culturais na cidade²⁸, percebo que houve uma representação do outro através das atividades de lazer (festas, bailes, clubes, carnaval) e que significaram certa distinção social. Portanto, as práticas de seu discurso eram ancoradas na cultura de uma

²⁸ O Aracati Clube, O Teatro Francisca Clotilde e o SESI.

elite, situada em certa posição social. A apropriação deste discurso produziu práticas orientadas por uma representação do passado da nação ressaltando a memória da cidade.

Os documentos escritos que embasam e testemunham estas análises foram produzidos pelos próprios fundadores que de certa maneira nos dizem da época em que foram constituídos, pois relatam suas atividades que nos são dadas a ler nas assembleias do período de 1965 a 1985. Nesta constam: atas das reuniões da diretoria; balanços contábil e financeiro com os respectivos recibos; notícias em jornal para as exposições, comemorações, homenagens e convocações; manuscritos, cartas e documentos oficiais de registro, tudo datilografado e encadernado. Observo, portanto, que a constituição de um discurso único contribuiu para a construção simbólica de um determinado passado da cidade.

3. A REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA MEMÓRIA DOS SUJEITOS SOCIAIS.

No segundo capítulo o estudo da história da cidade serve de meio para se tecer uma análise sobre a relação entre as transformações no modo de vida urbana e a criação de um museu em uma cidade do interior do estado e fora dos grandes centros urbanos. É fazendo releitura sobre o conceito de patrimônio histórico e cultural urbano local, a partir do conjunto arquitetônico da cidade de Aracati que levanto questões, não apenas sobre como a representação da narrativa da história da cidade foi constituída, apropriada e reproduzida por sua instituição de preservação da memória local, mas principalmente perceber perspectivas diferentes nas alterações das práticas culturais no cotidiano da cidade.

Investigo, mediante a memória dos sujeitos, fundadores do Instituto do Museu Jaguaribano, como se manifestam seu sentido nos modos de agir, pensar, lembrar, esquecer e representar articulando no processo de interpretação e produção de um regime de historicidade. O objetivo, portanto, é reconhecer como os sujeitos dão razão a suas práticas e a seus discursos, através das ações que limitam ou delimitam suas posições em relação à dominação e ao passado. Entretanto, para se compreender as perspectivas e a apropriações que deram significado às práticas culturais, é necessária uma análise do lugar social que relacione o saber intelectual e elitista através dos campos de sua atuação.

O objeto então é a memória dos sujeitos sociais e como se relacionaram com o modo de agir e pensar o patrimônio histórico e cultural no município. A metodologia usada é a análise discursiva da narrativa da história local, através das fontes escritas e fonte oral, pelo ponto de vista de integrantes e excluídos da esfera cultural local. Discuto as questões que envolvem as aplicações teóricas, que abordam os campos de investigação orientados para a história cultural.

3. 1. Memória e Patrimônio:

Após a Segunda Guerra Mundial e o fim da URSS os estudos de história e sociologia aprofundaram mudanças no conceito de modernidade sob a ótica do progresso. Desde Nora (1981) se percebe que a aceleração da história dava maior visibilidade para uma crise de paradigma na modernidade trazendo uma retomada da memória, consequentemente um “boom da memória” (WINTER, 2006). A crise da modernidade (ZAIDAN, 1989) não é recente e aborda questões pertinentes às temporalidades, a aceleração da história e emergência da memória. De modo que desencadeou mudanças que levaram o mundo contemporâneo a repensar o seu entendimento do conceito de memória, proporcionando assim uma releitura sobre nossa interpretação e compreensão do passado (HARTOG, 2014; KOSELLECK, 2006; HUYSEN, 2000).

Se “o passado que estudamos é um constructo de nossas mentes” (HOBSBAWM, 1998, p. 8), então, “a necessidade de memória é a necessidade de história” (NORA, 1981, p. 8-9), porém é importante então não confundir memória com história. A história é um processo, uma construção que se refaz constantemente através do nosso entendimento do passado (HOBSBAWM, 1998), ou seja, é uma lógica que montamos e interpretamos com as amostras escolhidas que pode ou não incluir o que as pessoas pensam ou deixam de pensar a respeito (LE GOFF, 2008; CARR, 2006).

A memória é um fenômeno construído socialmente, é seletiva, suscetível à ação de grupos, está viva transmitindo significados e seu uso pode nos dizer, lembrar ou fazer esquecer a si e aos outros. Seu conceito se diversificou embora represente diferentes abordagens de um mesmo fenômeno. Inicialmente destaco a memória individual que relaciona o indivíduo com o passado em suas lembranças que vão representar não a ida ao passado, mas a presença deste no presente; e outra que trata da memória como um fenômeno coletivo e resultante da ação do indivíduo em sociedade (LE GOFF, 2008).

Halbwachs (2006) partiu do princípio de que a memória por mais pessoal que fosse estava ligada ao comportamento em grupo, não rejeitando o individual no estudo de memória coletiva. Já o conceito de memória social é diferente da memória coletiva,

além de estar em movimento e expressar valores, é uma construção processual e não se reduz a apenas representação (GONDAR, 2005).

As memórias se formam e são renovadas devido aos laços de solidariedade entre os indivíduos, os quais são construídos através de elementos comuns e simbólicos. De acordo com Ricouer (2007), a memória está vinculada a passagem do tempo e baseada em uma continuidade inteligível de uma narrativa histórica e singular do indivíduo, “ao lembrar algo alguém se lembra de si” (RICOUER, 2007, p. 107). Neste sentido é possível comparar sociedades distantes no tempo e os vários horizontes de perspectivas dos seus diferentes grupos, portanto “é por intermédio da consciência que consideramos a cada momento pertencer simultaneamente a vários meios; mas esta consciência existe apenas no presente” (RICOUER, 2007, p 133).

Assim conforme Pollak (1989, p.4-15) “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis”. Em suma, o enquadramento da memória também serve para produzir e organizar os discursos em torno dos acontecimentos e dos grandes personagens, deixando rastros materiais como os monumentos, bibliotecas e museus. Sobre a história dos acontecimentos, considero o início na idade média quando a preferência era a relação do tempo com a providência dos fatos influenciados pelas crônicas. Do esquema providencial para a lógica do iluminismo, o acontecimento aproximou a continuidade temporal com a aceitação do progresso e da razão. Era o objeto de investigação, sua metodologia sugeria uma ruptura na função de transmitir significados, por isso sua explicação causal era decorrente de um progresso baseado na probabilidade das perspectivas da narrativa sobre o fato e a um tempo do discurso.

O modo de a memória funcionar não é somente individual é coletivo também, pois só existe em relação a alguém, daí a concepção de que deve ser vivida e valorizada (DOSSE, 2013). A história cultural também está ligada à memória e consequentemente à escrita; na antiguidade a memória era um processo lento e cumulativo, na idade média era tido como a capacidade de lembrar, porém foram os livros que permitiram o deslocamento do oral para o escrito. Hoje vivemos na época da memória externa, onde a erudição e tradição cederam espaço para a memória artificial (DRAAISMA, 2005), “com a passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva e mais particularmente a “memória artificial”, são profundamente transformada”. (LE GOFF, 2008, p. 430). A passagem da cultura oral para a cultura escrita, de fato, muito veio a aprofundar o

conceito de memória, não somente como extensão da capacidade de armazenamento, mas também como memória que se realiza no grupo, família, etnias.

Segundo Le GOFF (2008), as instituições de memória são responsáveis pela manutenção das relações do tempo e do espaço com o homem, de uma perspectiva que tais instituições são criadas pela ação de grupos. Há um conjunto de fontes com valor e normas produzidas no ambiente privado das instituições que determinam apenas um único ponto de vista, fonte de narrativa estabelecida como verdade. A perpetuação de heróis e líderes é instrumento de legitimação que confunde verdade com sinceridade na narrativa da escrita de si, “defende-se que a escrita de si é ao mesmo tempo, constituída de identidade de seu autor, que se criam simultaneamente, através dessa modalidade de produção do seu” (GOMES, 2004, p.21). Noto que há distanciamento do sujeito e de sua escrita o que nos permite ponderar que a memória institucional é também esquecimento.

A memória também possui espaços não somente físicos, mas de referência onde ela é exercida, estruturada, hierarquizada, preservada e produzida, tais espaços também são considerados lugares de memória (NORA, 1981) como os documentos, arquivos, monumentos e museus. O culto ao valor histórico do monumento destacava a arte religiosa especificamente o gótico, porém há de se perceber a diferença entre a arte profana e a gótica. Sobre esta mutação no conceito de monumento o autor Alois Riegel (2006), trata do debate sobre os conceitos e a preservação do monumento da arquitetura urbana no século XX, onde aborda os valores dos monumentos, rememorativo, de antiguidade, histórico, contemporânea, instrumental e artístico. (RIEGEL, 2006). Anteriormente o monumento histórico era entendido através de um sentimento de nostalgia, sua própria configuração abriu espaço para um presentismo que redefiniu o patrimônio, este passou a requerer a participação das práticas de conservação, restauração e preservação (HARTOG, 2014). Dentre os restauradores posso citar: Viollet Le Duc (1814-1879), francês, para ele a restauração era constituída pela recriação do monumento interpretada pelo conhecimento técnico e científico e específico na concepção do restaurador; John Ruskin (1829-1900), inglês estendeu que a arquitetura valorizava as criações anteriores e da preservação dos conjuntos urbanos; Camilo Boito (1836-1914) concebia o antigo e o novo nos trabalhos de restauração que influenciaram as mudanças no uso e emprego da recuperação dos espaços (BANN, 1994).

Quanto à história dos museus início com a origem do colecionismo na modernidade, passando pela abertura das coleções absolutistas e burguesas até o século XIX e XX, de cunho patriótico, os museus no século XIX eram ainda símbolo da nação e da coletividade, e faziam parte de uma comunidade imaginária que satisfazia a autoridade positivista de colecionadores particulares, porém é na virada do século XIX e XX que as dificuldades exigiram uma profissionalização capaz de satisfazer as exigências de conservação. A partir do fim da tradição durante a Revolução Francesa, se reivindicou o direito às obras, à cultura e às artes pela própria população. No entanto, a fundação de uma política cultural levou a categoria patrimônio a incorporar uma diversidade de conhecimentos e valor pelo público; isto consequentemente representou uma pulverização de museus nas entidades públicas. Como uma instituição instável os museus estão ligados à memória e ao patrimônio em uma comunhão de história cruzada e em zonas de contato (POULOT, 2013). O museu implica em contato com a história cultural e material, de um lado pela política da instituição como lugar de representação do patrimônio e de outro pela utilização de espaços para suas práticas, portanto é uma ciência em construção e sua reescrita expõe significados e desafios da memória coletiva ao longo do tempo.

Já os museus de história tornaram-se rapidamente instrumento desta experiência, dando visibilidade aos monumentos históricos, são locais que transmitem o conhecimento da memória coletiva e da história: “os museus de história dão testemunho da discrepância, mas também do eventual diálogo entre tipos de saber histórico compromissado com a escrita e entre os conhecimentos fundadores do objeto” (POULOT, 2003, p. 54). Enfim, o museu de história não é mais o soberano do passado e da história, ele abre espaço para se entender a cidade, pois assim como os museus de cidade tem a função de inserir sua população nos lugares de memória. O simples fato de existirem nos museus de cidades não é por acaso, parte da lógica de construir uma narrativa de uma determinada história da nação, da cidade e dos seus. Os museus de história implicaram na configuração de uma identidade e comunidade; no entanto, foram os museus nacionais que criaram espaços de institucionalização, foi somente a partir das décadas de 1960 a 1970 que programas pedagógicos abriram espaço para as disciplinas das ciências históricas. A proposta de pensar a representação do espaço social expõe o museu de cidade e a nostalgia do patrimônio urbano como um empreendimento de identidade local, o que nos remete a fazer uma análise do tempo na

história urbana, focando os museus de cidade, como local de representação dos conflitos urbanos.

Foi Gustavo Barroso que criou o museu histórico nacional, coordenou o curso de museu e participou da criação do museu histórico da cidade do Rio de Janeiro e com Gilberto Freire criou museus regionais e de artes; pensavam em um museu histórico nacional destinado a realizar o culto à saudade, à exaltação da pátria e à celebração dos vultos gloriosos e locais. Tais museus municipais são fundamentais para história local, pois valorizavam o popular e o erudito, na medida em que a sua narrativa desenvolve um diálogo com a instituição do museu, formando uma identidade local articulada com a consciência nacional. Desde a república os museus brasileiros faziam parte de um processo de criação de memórias coletivas, tradições inventadas e políticas comemorativas dos estados nacionais e, em consonância com as tendências europeias, eram instituições com vários discursos defendendo sempre a preservação da memória do país. Gustavo Barroso, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e do movimento integralista brasileiro, foi logo nomeado diretor do Museu Histórico Nacional (MHN), onde desenvolveu um discurso das práticas de museu fundado no culto da saudade onde os museus brasileiros faziam parte da tradição republicana.

Já o museu tradicional está fadado a desaparecer, salvo como um banco de objetos exóticos e de curiosidades. Os problemas do museu esbarram na ressurreição urbana e recuperação social e cultural através da própria população local e não apenas para copiar modelos impostos pelo esnobismo ou pela simples tendência à imitação. A imagem de museu tradicional perdeu espaço agora para uma nova concepção de museu. É onde percebo que o discurso sobre a museologia é uma construção recente e herdeira de uma tradição pragmática, intelectual e conservadora nas galerias de pinturas, museus de antiguidades, bibliotecas e gabinetes de curiosidades.

A definição da chamada nova museologia passa por uma releitura das práticas museais, sem abandonar os objetos e coleções em suas atividades, elabora uma ampliação do alcance dos processos com fundamentação metodológica refletindo nas instituições de culto ao passado. O avanço das ciências sociais e da antropologia na esfera das práticas de museu definiu sua interdisciplinaridade. Foi através da Declaração de Santiago que os museus passaram a ser uma instituição mais comprometida com o social (BITTENCOURT, 2003). Já as primeiras instituições museológicas no Brasil são do século XIX a partir de D. João VI, porém é no século XX que se torna mais evidente

o culto à nacionalidade e à cultura material. Tais museus eram manifestação de um patrimônio estabelecido, físico, nacionalista e instalado em prédios de valor histórico. Esta nova museologia considera o fato de que as exposições do acervo permitem observar um discurso histórico único e representativo de um passado, posto que a própria escrita da história deva levar em consideração o seu tempo e o lugar. Desde a década de 30 a museologia era comprometida com a memória nacional e com o culto aos personagens importantes sempre partindo do olhar das elites. O movimento modernista foi fundamental para consolidação das novas políticas culturais, principalmente na preservação do patrimônio histórico, embora o contexto priorizasse apenas o passado colonial e a arte barroca como expressão autêntica da nacionalidade (ANTUNES, 2007). O próprio surgimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) deu-se por intelectuais modernistas onde as cidades históricas eram a fonte da identidade nacional. Foi a partir de uma renovação nas metodologias que se deu um novo entendimento do conceito de museu e a implantação de ações como a preservação e o tombamento (MONTALVÃO, 2003).

O conceito de patrimônio surgiu do direito à propriedade, era patriarcal, individual e privativo da aristocracia, foi através do cristianismo que conquistou valorização religiosa. Com os humanistas conservaram-se nos objetos raros, relíquias, artefatos e obras de artes através de antiquários e colecionadores preocupados em contribuir para a formação dos Estados nacionais; entretanto, a preservação dos monumentos nacionais deu-se principalmente com objetos de valor material e simbólico para a nação, aliás, o monumento, no entanto é outra categoria que também por um lado expõe distanciamento e por outro provoca valores e de acordo com Riegel (2006) pode representar três classes: rememoração, intencional e antiguidades. Foi no período entre guerras que o patrimônio nacional sofreu impulso com o nacionalismo, noto que foi no contexto do pós-guerra que se ampliaram as abordagens sobre a cultura. Somente com o fim das guerras as mudanças na noção de patrimônio focavam na gestão dos bens patrimoniais, culturais e ambientais, considerando a comunidade e não apenas a administração pública nacional.

Esta valorização do patrimônio cultural e a reabilitação dos centros históricos é atualmente uma síntese da diversidade que caracteriza os estudos sobre a cidade: “o patrimônio ambiental urbano pode ser considerado a materialização das relações que interagem no espaço da cidade funcionando como elemento de identidade” (MAGALDI, 1992, p. 21). Entendo que o patrimônio individual depende de nós assim

como o coletivo é sempre definido e determinado por outras pessoas, mesmo quando essa coletividade, “não é uma simples soma de indivíduos, assim como o todo não é uma mera junção das partes” (FUNARI, 2009, p. 09), portanto é constituído por grupos diversos, em mutação, com interesses distintos e por vezes conflitantes.

Não é, no entanto, o que parece acontecer: quando se fala em patrimônio histórico, pensa-se quase sempre em uma imagem congelada do passado. Um passado paralisado em museus cheios de objetos que ali estão para atestar que há uma herança coletiva. (PAOLI, 1992, p. 25).

A preservação no século XX reproduziu o maior interesse pelos bens históricos principalmente após a segunda guerra mundial. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou discussões que resultaram no aprofundamento de certas questões e recomendações. No momento, a UNESCO criou o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) para discutir os problemas da preservação dos bens culturais. A carta de Veneza foi redigida entre 25 a 33 de maio de 1964, onde formulava definições básicas sobre os monumentos históricos. No Brasil o interesse pela preservação dos bens culturais é do período colonial. No Ceará há uma tendência nacionalista relacionada à celebração dos fatos pertencentes a grupos (CASTRO, 2008), entretanto o primeiro esforço em preservar o patrimônio nacional o Brasil baseou-se na conservação de bens moveis e imóveis do período colonial. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988 no art. 126, o patrimônio cultural brasileiro compreende um conjunto de “bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, p. 134).

A relação do patrimônio com as edificações levou a um lugar social em favor da preservação dos bens culturais e materiais. Está intimamente ligada com a herança cultural, pois se compõe do acervo dos bens produzidos pelo homem que pode ser imaterial e material (CASTRO, 2008). Entende-se por patrimônio todos os bens que pertencem a um indivíduo, a uma família ou a um grupo, e de relevante interesse histórico para a sociedade, e que se divide em: patrimônio natural e patrimônio cultural. Este esteve restrito ao patrimônio construído principalmente no período colonial e imperial e se expressa tanto individualmente como coletivamente as visões de mundo que a sociedade entende, compreende, valoriza, reconhece e protege de sua cultura material e imaterial. Já o patrimônio histórico, entretanto, se refere a um bem que tenha relativo valor significativo para sociedade.

A categoria patrimônio é um instrumento para se compreender o cultural no mundo moderno; para Choay (2001), foi constituído através de uma narrativa para representar uma nação, passou a ter a função pedagógica a partir de instituições de memória criando aproximações com a comunidade. Hoje o patrimônio pode ser produto de dimensão simbólica que atribui valor ao representar sentimentos além de reduzir as diversidades. (BOURDIEU, 1989 e SILVA, 2010). Esta categoria de pensamento segundo Gonçalves (2003) envolve a categoria jurídica, a política pública e os instrumentos de comunicação social, pois possui valor e seu sentido pode variar no tempo e no espaço. Seu conceito moderno parte de discursos nacionalistas que lhe deram a conotação de propriedade, desde a Comissão de Monumentos Históricos durante a Revolução Francesa os antiquários legitimaram este sentimento nacionalista. Eram colecionadores que através de uma metodologia própria analisaram e selecionaram a preservação no século XIX.

O antiquário teve grande contribuição sobre a escrita da história, pois davam importância aos objetos históricos e nesta perspectiva questionaram a autoridade dos documentos narrados e os seus vestígios materiais, embora sua narrativa tenha servido para excluir do objeto sua imagem e seu papel facilitando desta forma a existência de um passado institucionalizado. O papel dos antiquários foi garantir não apenas novas interpretações da história, mas interessar-se por objetos de valor históricos, artístico e científico que tendem a crescer e acumular nas instituições como museus e arquivos, “antigamente, o antiquário era uma figura séria e respeitável. Agora, ele revela-se ridículo, e até necrófilo sem sua aviltante paixão pelas relíquias do passado” (BANN, 1994, p. 166). A prática do antiquário abraça importantes questões sobre a constituição da escrita da história, desde quando despertou para a tradição do passado das sociedades nacionalistas até sua institucionalização, portanto são historiadores suscetíveis às relações com o tempo e os procedimentos. Atualmente o saber do antiquário foi superado pelo conhecimento objetivo e específico da ciência. No caso do Brasil foi a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que se desenvolveu um projeto das elites políticas para assegurar uma ligação com as instituições europeias de história (GUIMARÃES, 2008). No Brasil o problema era a cultura europeia colonizadora que engessou o patrimônio de pedra e cal sempre priorizando o estilo barroco.

Segundo Bourdieu (1989), o mundo social está representado no espaço sob um conjunto de propriedades onde, sujeitos e grupos definem suas posições. A construção

do espaço social contribuiu para determinar certa posição no campo cultural, pois “um conjunto de agentes é tanto maior quanto maior é a sua proximidade no espaço social e quanto mais restrita, logo mais homogênea, é a classe construída a que eles pertencem” (BOURDIEU, 1989, p. 137). Neste lugar social não se pode unir pessoas com diferentes objetivos, não é qualquer um que pode participar, vejo aqui que o patrimônio também se enquadra, pois é sentimento e memória, portanto se configura como espaço da cultural local.

É quando questiono o patrimônio tanto como campo de disputas simbólicas como exercício de poder simbólico. (BOURDIEU, 1989). Este discurso de preservação do patrimônio estava presente no meio intelectual e foi aceito pela coletividade, se pensarmos que os discursos de patrimônio cultural, tanto individual como coletivamente, são construídos e que sua prática de preservação se efetiva a partir de um determinado momento deste discurso. Não há, portanto, patrimônio que não possua ao mesmo tempo as condições individual e coletiva. Tal concepção não dependia apenas da vontade dos seus fundadores nem da ação deliberada de indivíduos ou grupos, mas do significado de como a representação da prática de um discurso erudito foi apropriado pela cultura local. Da apropriação entendo que pode ser reformulada e posta dentro da história cultural como uma prática de discurso social que devido à construção e interpretação de um sentido nos permite repensar a transformação social nos tempos (CHARTIER, 1987).

O patrimônio também é constituído por testemunhos e para reconhecê-lo como autêntico, ele exige observação dos sentidos e representações, portanto é preciso interrogar o patrimônio, os sujeitos e os conceitos que o fazem existir, pois ele nos traz novas relações com a memória na medida em que questiona a escrita da história. O campo de atuação do patrimônio é também meio para seleção e recortes que determinam olhares e interpretações sobre o espaço. É a partir da desconstrução dos conceitos de patrimônio e de cultura que se ampliam as discussões sobre a temática da memória e do esquecimento e que envolve os atos de preservar e tomba (CANDIDO, 2010).

Percebo ao menos dois importantes argumentos na defesa do patrimônio como traço da memória da cidade. Primeiramente, ele respeita a pluralidade de fragmentos temporais inscritos no espaço urbano, favorecendo uma percepção histórica da sociedade, isto é não um mero conhecimento do homem no passado, mas um entendimento do caráter temporal das realizações humanas. ... em segundo lugar, e não menos importante, o patrimônio pode atuar como um valioso

recurso na utilização da memória como fonte para a reflexão histórica (SILVA FILHO, 2003, p. 27).

O que sobrevive enquanto memória coletiva de tempos passados não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas do efeito de uma escolha realizada pelos historiadores e pelas forças que atuaram em cada época.

Na escala das coletividades os mecanismos de aquisição, de transmissão e de conservação das obras, quer se trate da formação e da evolução das compilações de monumentos preservados, quer das coleções dos museus, envolvem um horizonte de expectativa ligado às representações de um grupo social, a uma sensibilidade local, às experiências, próximas ou longínquas, sociais e culturais, das quais ele participa (POULOT, 2003, p. 40).

Conforme RODRIGUES (1996), o patrimônio mudou de perspectiva, antes o foco era a nação agora é a sociedade, hoje a ação preservacionista não opera mais no físico e sim na ação cultural, articulando questões de interesse coletivo e individual. A aproximação da noção de patrimônio com a memória nos espaços urbanos nos proporcionou uma releitura das narrativas do discurso histórico e preservacionista (GONÇALVES, 2003).

Nesta discussão entre a memória e o patrimônio, os espaços passaram a consolidar o sentimento de reconhecimento e pertencimento determinando o que é comum e diferente entre os grupos cuja ação materializou-se nas instituições de preservação. De acordo com Foucault (2001), a consciência de poder se situa ao passar de um ponto de vista de um grupo a outro. Observo que é a mudança deste ponto de vista que faz o lugar coletivo ou individual. De maneira que as representações destes grupos não variam apenas na posição social, mas também na percepção e apreciação que se faz deste patrimônio e o que se quer preservar. O patrimônio é um lugar de memória diferente e sua ideia de preservação tanto pode atribuir o ato de lembrar e ou esquecer, portanto, o que se quer preservar, selecionar e determinar, como o tombamento, que consiste no poder de excluir um bem cultural de outros grupos a se apropriarem de seu passado.

Se os centros urbanos arquitetônicos tombados refletem o passado, então sua preservação interfere no futuro das cidades, preservar, portanto é um problema, pois o ato de promover sua preservação é também o ato de divulgar e ampliar sua participação frente aos demais. O pensamento preservacionista foi contextualizado nas décadas de 20 e 30 quando se procurava definir uma identidade da nação. A preocupação com os monumentos arquitetônicos e históricos constituiu-se tendo por base o tombamento de

imóveis do período colonial e imperial, que serviu como instrumento simbólico de controle e poder, isto viabilizou o tombamento de edificações tradicionais definidas como construções de um passado legítimo da nação (MONNET, 1996). Entre 1934 e 1937 o interesse pela preservação cultural mudou levando o ministro da educação Gustavo Capanema, influenciado pelo modernismo em 1937 a criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que em 1946 foi Diretoria do Patrimônio Histórico e Nacional (DPHAN) e em 1970 torna se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional é o IPHAN e o responsável pelo patrimônio natural é o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). No Brasil com a Constituição Federal de 1988, especificamente com a lei nº 9649 de 17 de maio de 1998, foi criado o Registro de Bens Culturais Imaterial com os livros: dos saberes, da cultura, da expressão e dos lugares.

3.2. História Oral e Sujeitos Sociais:

As representações do mundo social são construídas por determinados interesses de grupos ou pessoas e como tal podem ser apropriados na forma de discurso oral e ou escrito, de maneira que é no conflito entre o entendimento das representações de mundo que os grupos impõem sua concepção de valor sobre si e dos outros. O que é notório nas instituições sociais e de memória quando incorporam uma determinada representação coletiva delimitando sua posição na organização no social.

Considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas – mesmo as representações coletivas mais elevadas só tem uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam actos – que tem por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória da identidade – tanto a dos outros como a sua (CHARTIER, 1987, p. 18).

Considero o diferente e o semelhante no discurso da narrativa da histórica local e da história oral, pois os modos como percebemos o acontecimento não são somente individuais, são coletivas também. Portanto, o estreitamento da relação entre a escrita e a oralidade possibilita esclarecer processos, depoimentos, interpretações e pontos de vista.

O que se chama de “grupar”, “cultural”, “social, ou “coletivo” em história oral é o resultado de experiências que vinculam umas pessoas

às outras, segundo pressupostos articuladores de construção de identidade decorrentes de suas memórias expressadas em termos comunitários (MEIHY, 2010, p. 27).

A história oral²⁹ também ocupa espaço nos estudo da história cultural, proporcionando uma interseção de pontos de vista diferentes nas questões que envolvem o cotidiano e a mentalidade antes invisível pelo uso apenas na documentação histórica convencional. Considero aqui mentalidade como um conjunto de formas de pensamento congruente com a história das ideias, indo além dos escritos, investiga a capacidade de decifrar os processos, o esquecimento e as complicações. É também o cotidiano aquilo que está sujeito ao impessoal do pensamento coletivo, individual e afetivo, pois a partir de tal posição intelectual, os discursos também são apropriados e produzidos designando um enraizamento social, conforme Chartier (1987).

Na situação de esclarecimento quando a documentação escrita disponível não apresenta versão diferente ou não responde questões específicas, o contato do cultural com a história oral pode nos revelar elementos novos, despertando o interesse sobre outros fundamentos e consequentemente levando análises de variadas fontes. (FERREIRA, 1996). Portanto, para se entender a dinâmica social de uma determinada época é necessário o uso de entrevistas para suprir lacunas deixadas pelos documentos escritos e oficiais iluminando a trama e a trajetória dos interlocutores inseridos no grupo.

Ressalvo que o critério para seleção dos entrevistados faz parte de um processo metodológico, no qual mais que entrevistados, os sujeitos sociais são colaboradores, e que conduziram não um debate mais um diálogo sobre o entendimento do social e do cultural. O procedimento metodológico usado é a história oral temática, tanto por esta apresentar maior dialogo com outros documentos oficiais como promover o debate com outas fontes, pois é uma prática narrativa que sob um conjunto de procedimentos torna possível estudar a sociedade. Foi aprofundando a análise documental e fazendo uma releitura das fontes oficiais que lacunas não esclarecidas levaram a esta metodologia e abordagem, no caso aproximando o objeto e o objetivo aqui proposto.

Analizando a trajetória histórica do Instituto do Museu Jaguaribano, desenvolvida no capítulo anterior, percebo a ausência dos excluídos da história e que

²⁹ No Brasil A história oral advém dos anos 70 com a criação das atividades de pesquisa em História Política e Contemporânea do CPDOC/FGV/RJ, durante a década de 80 deve o apoio de agências públicas que ampliaram as pesquisas sobre o golpe de 64 e nos anos 90 o interesse acadêmico levou a criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Ver JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza, Imprensa Universitária: 2003.

por uma perspectiva diferente considero que aspectos esquecidos e negligenciados tem um sentido. A própria escolha dos entrevistados parte da compreensão destas conclusões e consequentemente a opção pelos sujeitos sociais decorre do confronto que suas memórias são capazes de produzir com a documentação escrita, não no sentido de combate, mas de perceber que as semelhanças, diferenças, aproximações e perspectivas podem contemplar aspectos do cotidiano da vida urbana, esquecidos ou relegados.

Além da diversidade de assuntos, que se fazem presentes no cotidiano das cidades, a variedade dos agentes nele envolvidos amplia as perspectivas de estudo a eles dedicados, ao mesmo tempo em que levam o historiador a uma melhor ponderação de como escolher os agentes a serem analisados (JUCÁ, 2002, p. 71).

Para ser sujeito social o colaborador precisa ter conhecimento das práticas culturais no cenário desenvolvido, pois além do testemunho de pessoas da elite, sujeitos simples e excluídos podem nos trazer interessantes elucidações sobre os modos de agir, pensar, pertencer e excluir de determinada classe social. No entanto, tal repercussão do social e do cultural é percebida nas entrevistas quando comparadas com as fontes escritas. Os jornais, as assembleias, os livros, as fotografias, a cultura material, e a historiografia local não são fontes suficientes, pois determinam uma única perspectiva da realidade.

De acordo com as considerações aqui apresentadas, percebo que as lembranças nos depoimentos remetem num primeiro momento à memória coletiva representada na nostalgia de uma cidade grandiosa, rica, influente e de gente culta, “foi no século... devido ao econômico que se criou social e culturalmente a imagem de um Aracati grandioso e intelectual”³⁰. Observo nos depoimentos dos colaboradores uma mentalidade baseada em uma história oficial narrada por autoridades eruditas ligadas ao museu, como “não digo atualmente, mas os mais novos não dão valor a história do Aracati” completando “muita coisa que eu aprendi sobre o Aracati, foi lá no museu” e ainda “lembrar da história do Aracati é lembrar dos homens ilustres e dos historiadores”³¹.

Hoje ao falarem de patrimônio histórico e cultural a primeira impressão que se nos traduz é a de altruísmo, “isto é o grande trabalho do museu para a cidade, pois o

³⁰ Senhor Antero Pereira Filho, escritor, historiador, economista e ex-diretor do Instituto do Museu Jaguaribano, entrevista realizada durante mesa redonda para o Grupo de Pesquisas em Práticas Urbanas (GPPUR) em 22 de agosto de 2014 no teatro Hélio Santos no Solão Casarão em Aracati.

³¹ Sra. Dione Fiúza Lima. 76 anos, aposentada da câmara legislativa, trabalhou no SESI, é sócia do Instituto do Museu Jaguaribano residente na rua coronel Alexanzito, concedida na cidade de Aracati em 06/03/2013.

museu veio acabar com a ideia da cidade do que já teve”³². Por outro lado era notória a prática de depredação do patrimônio “quem dilapidava era o próprio povo do Aracati, para loteamento, o povo ia tirando tudo, o próprio povo”; “ainda não existia IPHAN, derrubava da noite para o dia e não era só um, dois, ou três, eu era rapazinho”, cita algumas casas “e assim o Aracati vai se perdendo”³³. Informação comprovada segundo notícias do jornal O Povo do ano 1977, “Aracati – um patrimônio em ruínas” e “Azulejos, beira e bica e sub-beira”, ainda no ano de 1980, “Museu denuncia alienação de residência em Aracati” e “Apesar do alerta a casa dos Correias foi mutilada”.

A propósito, o Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal publicou um livro, especificamente sobre o avanço da destruição de alguns dos bens do patrimônio histórico e cultural da cidade de Aracati, com o título “Singelo documentário de alguns atentados contra o patrimônio cultural de Aracati 1940 – 1994”, publicado em 1995, onde alerta a população para o descaso das autoridades com o patrimônio histórico e cultural na cidade, que tanto se deteriorava como era destruído ou ocupado pela especulação imobiliária. Entre os diversos bens que cita, reivindicava: a ocupação do terreno no monumento da “Praça Cruz das Almas”, destruição do “Solar dos Correia”, descaso com a “Cacimba do Povo”, destruição do “Teatro Santo Antônio”, descaracterização da “Casa da Alfândega”, demolição e construção da Agência da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.

E o pior de acontecer, do governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Fazenda, contando com a cumplicidade de técnicos de nível universitário, parte a iniciativa de mais um golpe profundo desferido contra o conjunto urbano-arquitetônico de Aracati. Agora é o próprio governo estadual que está secundando a ação dos predadores dos bens de valor artístico e arquitetônico da cidade, ao mesmo tempo em que se atribui o título de precursor da preservação do patrimônio cultural do Ceará (LEAL, 1995, p. 71).

Em outro trecho:

O Instituto do Museu Jaguaribano, apesar dos esforços dispendidos junto à comunidade, continua temendo, com fundadas razões, a continuação desses atentados com a nódoa da inqualificável negligência da municipalidade e, neste caso, do próprio Governo do Estado e da incrível convivência de dirigentes diplomados de empresas da construção civil (LEAL, 1995, p. 69).

³² Senhor José Correia Calixto Lima, 67 anos, Artista Plástico, ex-diretor e ex-presidente do Museu Jaguaribano, residente na localidade do Cumbe, na cidade de Aracati, entrevista concedida na sede do Instituto do Museu Jaguaribano em 28/02/2013.

³³ Prof. José Gondim de Lima Neto, 58 anos, professor da rede pública da região, morador da cidade.

O Plano Diretor de Aracati foi instituído através de Lei Municipal nº 14 de 22 de outubro de 1980, onde aprova as normas e orientação para a criação de uma Zona de Preservação ZP-1 – uma área retangular abrangendo as ruas: Coronel Alexanzito, Coronel Alexandrino, Coronel Pompeu e Santos Dumont. Envolve ainda em seu entorno a Igreja Matriz a Praça da “Cruz das Almas”. Conforme Leal (1995, p. 23) “Ao tempo da instituição do mencionado Plano Diretor, via-se nos muros de vários pontos da cidade esta frase, em letras garrafais: “Aracati, os monumentos que ainda restam te saúdam””.

Entretanto, ao analisar as entrevista sobre as mesmas questões, ciente de que os entrevistados foram influenciados tanto pela instituição como pelos autores, identifico que por um lado houve uma valorização da história da cidade e por outro os conceitos foram significativamente alterados, “através da educação o processo de interação das pessoas com o museu está mudando”³⁴; aqui observei que a apropriação dos campos pedagógicos e político. Outro ponto importante foi investigar como os sujeitos que escamotearam as determinações sociais e rever as estruturas e as propostas, de maneira que possamos compreender as visões do mundo social, pois tais representações podem ser entendidas como verdadeiras instituições sociais.

O discurso histórico destas instituições sempre foi uma representação das narrativas das práticas culturais. Conforme Leach (1989), na primeira metade do século XIX o termo cultura era um conjunto complexo que incluía o conhecimento, as crenças, a arte, o moral, o direito, o costume e todas as demais capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem. Seu sinônimo pressupunha que a cultura era composta por artefatos exterior ao indivíduo, para os antropólogos “a cultura é essencialmente um comportamento social” (LEACH, 1989, p. 3). Já para Pesavento (2008), é uma forma de expressão da realidade que de maneira simbólica demonstra suas práticas e apropriações, manifestada em discursos e instituições, permitindo aos indivíduos construir uma percepção de mundo, portanto é uma significação das representações que pode ser sentida na formação dos diferentes grupos e indivíduos.

A própria história da cultura material surge da necessidade de atender as elites, com avanços das pesquisas arqueológicas artefatos e vestígios resultaram em uma gama de material que aos poucos foi se aproximando da história cultural. Sobre esta

³⁴ Senhor José Correia Calixto Lima, 67 anos, Artista Plástico, ex-diretor e ex-presidente do Museu Jaguaribano, residente na localidade do Cumbe, na cidade de Aracati, entrevista concedida na sede do Instituto do Museu Jaguaribano em 28/02/2013.

concepção concordo com Chartier (1987, p. 16), “tal como a entendemos, tem por objetivo principal identificar o modo como em diferentes momentos uma determinada realidade social é construída, pensada dada a ler”. Usar metodologias diferentes para o popular e para o erudito, não é procedente, pois se a aplicarmos é possível encontrar resultados contraditórios ou inviáveis antes negligenciados. Proponho analisá-los sobre perspectivas que ainda não foram observadas. Parto do princípio de que além de se estudar as contradições, mais necessário é compreender o cruzamento entre o popular e o erudito.

A sociedade moderna produziu novos modos de agir, pensar e sentir devido ao consumo levando-nos a uma redefinição do que é de elite e do que é popular. Segundo HALL (2006), a identidade cultural na modernidade existe de uma “crise na identidade” e que para se entendê-la é preciso conceber o sujeito do iluminismo, do sociológico e do pós-moderno. O primeiro priorizava a razão e consciência, o segundo tinha a capacidade de refletir o sujeito em relação aos valores, sentidos e símbolos de uma cultura de mundo que frequentava. O pós-moderno assume identidades diferentes e em diferentes momentos decorrente das transformações que a modernidade trouxe e levaram os indivíduos a reverem suas tradições e estruturas (HOBBSAWN, 2012). Antes estáveis, hoje à medida que a sociedade se torna mais complexa, adquirem novas formas coletiva e social. Foi a descentralização deste sujeito tanto pelo pensamento marxista como pelas descobertas do inconsciente de Freud ou do ponto de vista Foucault, que nos traduziram um sujeito moderno produto de um poder disciplinar de instituições coletivas. Portanto, na medida em que o significado das representações culturais vai se desenhando multiplicam-se as conexões com as identidades possíveis.

3.3. Representações do cotidiano cultural no espaço social dos sujeitos sociais.

A cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A cidade somos nós e nós somos a cidade. Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre que podemos trabalhar, e pelas marcas culturais que herdamos (FREIRE, 2000, p. 22-23).

Portanto, a cidade é um labirinto de imagens e de espaços que incitam a uma leitura sobre seu cotidiano e seu passado. O estudo de uma cidade específica, Aracati,

serve de meio para analisar as relações entre as transformações urbanas e a criação de um museu. Esta arqueologia da cidade desenvolve-se através de uma análise dos espaços e das fontes escrita e oral, tornando possível perceber nuances e transformações na concepção de patrimônio e nas suas formas de apropriação e adaptação nas diferentes estruturas da sociedade. “Para o historiador a cidade é o lugar de poder, da troca, da cultura, o lugar onde se exercem os confrontos, as tensões e os conflitos, onde nasceu o mundo moderno.” (ROYO, 1998, p. 264). As alterações no modo de vida urbano na reconfiguração do espaço também servem de pano para a formação e transformação de uma cidade. Observo que há no espaço social da cidade de Aracati de um lado a cidade de uma elite e outra uma cidade pela população.

A Rua Coronel Alexanzito conhecida como “Rua Grande” segundo o depoimento do senhor Antero:

A rua grande não foi construída de uma vez só; teve vários nomes e sempre mudando de numeração, Liberato Barroso, rua do comércio e coronel Alexanzito. Quando totalmente construída passou a se chamar rua do comércio, pois todo o comércio funcionava ali”. “os sobrados eram construídos só no reboco, depois quando ficavam mais ricos é que colocavam azulejos na frente do sobrado... tanto é que no início das ruas quase você não vê sobrados. A partir do momento em que as pessoas começam a ganhar dinheiro é que revestiram as casas³⁵.”

Ainda hoje é espaço que demarca certa posição social repercutida em toda a região Jaguaribana, com um grande e constante fluxo de pessoas no comércio, na cultura e no lazer. Era um espaço social reservado para a elite assim, como o cotidiano cultural e social em torno do teatro Francisca Clotilde e outros, clubes como o Democrata, o Aracati Clube e o Sete de Setembro, todos situados na mesma rua.

A pobreza estava realmente nos bairros afastados. Só morava na rua grande aquelas famílias tradicionais e de nome, que tinham certo dinheiro. O preconceito social era tão grande que existiam três clubes sociais na cidade eram: o “Aracati Club”, frequentado pela elite; havia o “Sete de Setembro”, frequentado pelos marinheiros e funcionários público; e o “Democrata” só empresas do comércio. O “Aracati Club” era frequentado pela elite só os sócios e ligados à elite, outra classe social não tinham amizade ali³⁶.

Para a elite havia o gabinete de leitura (demolido, hoje funciona a Secretaria da Fazenda do Estado) que funcionou em Aracati até 1910 e muito influenciou o Instituto do Museu Jaguaribano, “era um local de leitura que tinha: uma biblioteca; coleção de

³⁵ Senhor Antero Pereira Filho, escritor, historiador, economista e ex-diretor do Instituto do Museu Jaguaribano, entrevista realizada durante mesa redonda para o Grupo de Pesquisas em Práticas Urbanas (GPPUR) em 22 de agosto de 2014 no teatro Hélio Santos no Solão Casarão em Aracati.

³⁶ Ibidem.

jornais antigos do Aracati, alfabetização noturna de adultos, era palco de palestras como o Dr. Eduardo e de Juiz de Direito que aqui estavam”³⁷. A intelectualidade também se reunia nas dependências dos colégios Marista, Salesianas e São José, “não tinha museu tinha teatro de recital de arpa na década de 60, momentos culturais com carnaval, cinema só no auditório dos colégios”³⁸.

É devido saber que havia entretenimento cultural e artístico na cidade anterior ao Museu Jaguaribano, embora sem as características de erudição como no Instituto do Museu Jaguaribano. Na memória da Senhora Dione:

Havia vida noturna, as praças eram bastante frequentadas, tinha um carnaval muito bonito, um carnaval cultural. A juventude era animada, a gente ficava até tarde da noite na calçada, cantando e tocando na sala. Havia tocadores muito bons, de outras cidades, não havia energia, tocando bem, animava e frequentava a elite intelectual lá estava. O Aracati Club tinha uma vida noturna muito boa. A vida noturna aqui se apagou, surgiu o cinema e depois a televisão. O carnaval no Aracati Club saia um bloco das casas da rua grande, para o Aracati Club³⁹.

Para a classe menos favorecida “havia cinema, mas a gente era pião, tinha a pipa, tinha o futebol, era no tamarineiro e ali eu ia com os amigos”⁴⁰. Havia ainda o circo “Garcia” na fala do senhor José Correia Lima “escrevia no braço os horários; “ficava na praça do colégio Marista, eu gritava “hoje tem espetáculo, tem sim sinhô. Hoje as 7: 00 horas. Eu só tomava banho à tardinha, para não perder minha chance no circo”⁴¹.

De certa distância observo que a aristocracia era de historiadores e professores que se tornaram referência de erudição na cidade, pois os avanços do conceito de patrimônio cultural foram apropriados pelos intelectuais, sob um discurso de preservação e tombamento criando um hiato entre sua representação e o cultural local.

O lugar de memória era o Instituto do Museu Jaguaribano, e de sociabilidades era o museu Jaguaribano. O Museu, contudo, também se tornou referência de cultura e erudição local, interferindo também na construção do conceito de patrimônio. Vejo que

³⁷ Ibidem.

³⁸ Senhor José Correia Calixto Lima, 67 anos, Artista Plástico, ex-diretor e ex-presidente do Museu Jaguaribano, residente na localidade do Cumbe, na cidade de Aracati, entrevista concedida na sede do Instituto do Museu Jaguaribano em 28/02/2013.

³⁹ Sra. Dione Fiúza Lima. 76 anos, aposentada da câmara legislativa, trabalhou no SESI, é sócia do Instituto do Museu Jaguaribano residente na rua coronel Alexanzito, concedida na cidade de Aracati em 06/03/2013.

⁴⁰ Senhor José Correia Lima conhecido como “Zé pezim” 87 anos, pensionista, foi jornalista e reside em Aracati, entrevista concedida em sua residência em 30/07/2014.

⁴¹ Ibidem.

no primeiro momento, a noção do conceito de patrimônio durante o primeiro tombamento na cidade que foi o da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Matriz, em 1957⁴², obedecendo, portanto, a legislação sobre o patrimônio histórico de 1937⁴³, não despertou o conhecimento e comoção popular. No momento há uma querela do Padre Oleriano Barbosa de Andrade, vigário da paróquia de Aracati com o Instituto do Museu Jaguaribano, que reivindica o retorno das peças que eram da Igreja Matriz e foram doadas pelo Bispo de Limoeiro do Norte Dom Freire Falcão. Alegando que o processo de tombamento da Matriz é anterior ao do Museu, portanto, são de propriedade da paróquia.

Entretanto, foi somente com o tombamento do Solar do Barão de Aracati, através do Instituto do Museu Jaguaribano em 1983, que houve maior aproximação da elite e conseqüentemente da população. Haja vista que muitos membros eram ligados a entidades religiosas relacionadas aos colégios e a Matriz. Na visão do Padre Oleriano:

Na época Dom Freire Falcão fez um “rapa” e doou tudo, no museu inclusive a igreja foi dada para ser museu, que estava fechado, na época por falta de cuidados, para ser museu de peças sacras, só que eles não conseguiram fazer as reformas e Graças a Deus não perdemos a igreja Matriz⁴⁴.

O patrimônio tombado é o Solar do Barão de Aracati, não o Instituto do Museu Jaguaribano nem o Museu Jaguaribano, ou seu acervo, segundo depoimento “a peça mais importante do museu é a sua própria edificação, é o espaço”⁴⁵. O próprio tombamento trouxe mudanças no valor do bem, pois no caso o museu passou a ter maior importância para a população e dar maior visibilidade ao patrimônio da cidade.

Embora seu estatuto possa citar “sem cor, político-partidária, ideológica ou religiosa” (ESTATUTO, 1984, p. 6) tal afirmação se torna uma contradição, pois durante sua trajetória a cultura política era se apropriar de prática cultural local através de estratégias na área pedagógica, econômica, política e religiosa. Observo tais atividades no empenho dos fundadores e sócios tanto em inaugura-lo (1968) e reabri-lo

⁴² Conforme LISTA DOS BENS CULTURAIS INSCRITOS NO LIVRO DO TOMBO (1938-2012). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Departamento de Articulação e Fomento – DAF. Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação. Copedoc. Coordenação de Documentação e Informação – Codin. Arquivo Central do IPHAN – Seção do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Fevereiro de 2013.

⁴³ Decreto Lei Federal nº 25 de 30 de Novembro de 1937.

⁴⁴ Padre Oleriano Barbosa de Andrade vigário da paróquia de Aracati em entrevista concedida ao Grupo de Pesquisas em Práticas Urbanas (GPPUR) em 19 de agosto de 2014 na casa paroquial de Aracati.

⁴⁵ Senhor José Correia Calixto Lima, 67 anos, Artista Plástico, ex-diretor e ex-presidente do Museu Jaguaribano, residente na localidade do Cumbe, na cidade de Aracati, entrevista concedida na sede do Instituto do Museu Jaguaribano em 28/02/2013.

(1977) como no tombamento do Solar (1983). Noto que o acesso para fazer parte do quadro de sócios da instituição passou a ser usado como instrumento para arregimentar novos sócios principalmente na esfera política, econômica e religiosa. A doação do Grupo Edson Queiroz e do Bispo Dom Freire Falcão, tinha objetivos de fazer caixa para solucionar problemas financeiros e para manter a instituição ativa e funcionando o que declara na realidade a falência de uma elite econômica. Oportuna foi a vinda à paróquia de Aracati do Bispo da Diocese D. Freire Falcão, durante sua estadia fora homenageado em solenidade no Ginásio do Colégio Marista de Aracati, promovido pelo Instituto do Museu Jaguaribano em 12 de setembro de 1970.

Figura 3: Solenidade no Instituto do Museu Jaguaribano em homenagem a D. Freire Falcão.



Fonte: Instituto do Museu Jaguaribano.

Noto que não há referência nas atividades culturais do Instituto do Museu Jaguaribano de trabalhadores existe sim também uma exclusão das elites em relação a outras cidades da região Jaguaribana. É preciso investigar não somente os lugares de memória social local, mas, sobretudo refletir sobre como os esquecimentos na narrativa histórica e na construção das exposições, nos falam de como o museu trata o passado de sua cidade. É o que se observou nos depoimentos sobre o museu Jaguaribano, que para se entrar no museu deveria ser intelectual escrevendo livros ou sendo sócio,

portanto foi através de uma interpretação e significados que o Instituto do Museu Jaguaribano produziu uma lógica da realidade.

Sua narrativa histórica focou em um sentido que referenciou o museu, através da lembrança de uma época da história da cidade projetando uma imagem de futuro. Sob uma narrativa histórica cronológica, linear, estruturalista, progressista valorizava os heróis, feitos e posses. Sendo que esta narrativa levou a um problema, uma mudança no horizonte de expectativa representado, pela cidade. O discurso dos fundadores fluía na busca por um passado que não orientava para um futuro, mas que reproduzia a visão de uma oligarquia. Isto consequentemente acarretou mudanças, pois o próprio Museu Jaguaribano era seu agente de transformação. A memória dos sujeitos sociais nos é reveladora no momento em que nos permite discutir a apropriação dos conceitos como “museu do Aracati” e como o Museu Jaguaribano, aquele mais conhecido popularmente e o segundo pela formalidade e erudição. Refletindo sobre as questões levantadas nos depoimentos somos conduzidos a repensar como era o cotidiano local e como foi construindo uma mentalidade da cidade através da memória dos sujeitos.

A questão é como a sociedade definiu os lugares e os monumentos de uma determinada realidade social constituído, pois as relações sociais são produzidas por diferentes grupos. É importante, portanto estudar os comportamentos, as percepções dos grupos sociais por meio de sua instituição social, cujas representações condensam a prática dos discursos.

Que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. Nomear estes motivos abre um primeiro debate: será necessário identificar e considerar como símbolo todos os signos, actos ou objetos, coletivos, graças os quais os grupos formaram uma organização conceptual ao mundo social ou natural (CHARTIER, 1987, p. 19).

O que diferencia as mentalidades dos grupos e sujeitos sociais é o uso da utensilagem mental disponível na época e que limitou a forma de pensar (CHARTIER, 1987). Por mentalidade entendo que nos possibilita observar as relações como o mundo social, onde as formações do intelectual construído por grupos e instituições representam e representaram uma visão de mundo. A história da mentalidade está no cotidiano sendo individual ou coletiva, deste modo foi a partir de certa posição intelectual de suas ações e ideias no discurso oral e escrito que se designam enraizamentos e sensibilidades. Vejo que as estruturas mentais foram e formam ações e

pensamentos nos modos, nos gostos, nas opiniões, nas obras, nos discursos, as maneiras e os motivos que levaram a elite intelectual a se apropriar de uma cultura.

A história intelectual também se constitui no pensamento popular para construir a divisão entre cultura popular e erudita. Se por um lado as práticas culturais tidas intelectuais sempre se deparam com a cultura do povo, o importante é identificar como estas práticas se inter cruzam.

Estes cruzamentos não deveriam ser entendidos como relações e subproduto (um letrado e outro popular), mas como produtores de “ligas” culturais ou intelectuais cujos elementos se encontram tão solidamente incorporados um nos outros como nas ligas metálicas (CHARTIER, 1987, p. 57).

É diferente da história das ideias, muda lentamente e privilegia a psicologia social e coletiva das sociedades, “eminentemente coletiva, a mentalidade parece deduzida das vicissitudes das lutas sociais. Seria, contudo um erro grosseiro desligá-la das estruturas e da dinâmica social.” (LE GOFF, 1995, p. 78).

A história intelectual deve colocar a relação da leitura na construção de uma composição de uma definição de espaço cultural, portanto para se entender as fronteiras da produção intelectual com as outras referências de produção, é necessário compreender não o objeto e o espaço, mas as construções dos sentidos no espaço cultural, pois há uma relação entre estrutura social e estrutura cultural (CHARTIER, 1987).

4. SOCIABILIDADE E REPRESENTAÇÃO NA CULTURA LOCAL.

Neste terceiro capítulo com o subtítulo de “Sociabilidade e Representação na Cultura Local”, trato da interpretação da memória dos sujeitos sociais durante a criação do Instituto do Museu Jaguaribano. Neste momento compreendo de que maneira foi apropriado o discurso de preservação do patrimônio na cultura local através da narrativa dos sujeitos sociais: fundadores, sócios, visitantes, professores e alunos.

Inquiro sobre a dinâmica do Museu Jaguaribano na construção da história da cidade onde dialogo em uma narrativa com a memória dos sujeitos sociais, no momento refletindo sobre como uma instituição de memória local representou, para si e para os outros, uma história da cidade.

O acervo e os objetos reunidos no Instituto do Museu Jaguaribano compõem suas coleções e tem um valor inestimável, como expressão do cotidiano político, econômico, religioso, social e cultural da região Jaguaribana. Deste a captação, seleção e ordenação das peças até a disposição e exposição do acervo, parte na verdade da decisão de seus sócios e fundadores.

Estas transformações que ocorreram na cidade de Aracati faziam parte de um pensamento nacional sobre o patrimônio que alimentou as ideias dos fundadores. Tal ideal foi percebido na memória dos sujeitos sociais. Importa saber que o objetivo é compreender como a representação de suas práticas museais e pedagógicas se cruzam e se imbricam em diferentes tramas e formas culturais. Foi sob uma determinada perspectiva dos dispositivos discursivos institucionais do cotidiano que se facilitou o ordenamento dos espaços e dos lugares através das condutas e dos pensamentos como espaço cultural. O museu une através do espaço social diferentes contradições.

4. 1. O Instituto do Museu Jaguaribano e os Sujeitos Sociais:

Sobre a história urbana da cidade de Aracati abordei as perspectivas econômica e progressista, aprofundo agora a questão dos sentidos e das memórias em suas transformações urbanísticas. A cidade é um lugar coletivo e individual que passou a expor diferenças e esquecimentos no tecido social urbano. Compreendo que a memória urbana não foi representada apenas na arquitetura da cidade de Aracati, mas também nas práticas da cultura erudita e popular. Observo tais práticas durante o discurso de preservação do patrimônio da cidade, embora fosse um ideal próprio de um grupo, por outro lado, também era uma prática do discurso popular entender que a instituição era somente para intelectuais ricos.

O Instituto do Museu Jaguaribano representava para a elite intelectual local um espaço de confirmação, de dominação e poder. As memórias individuais e coletivas do grupo eram uma força de coesão social, o que também se aplicou de maneira institucional na produção de uma memória social, portanto considerada como instrumento de poder, a memória agiu no domínio dos discursos.

A representação social e cultural nas narrativas aproximou os sujeitos sociais de sua compreensão do real. De uma forma, a prática social que se estabeleceu foi um significado das narrativas do fato histórico, de outra forma foram os modos como a cultura erudita e a cultura popular o configuraram e o registraram nas representações de uma memória individual e coletiva, portanto as culturas são campos de força e representam valores e significados (PORTELLI, 2010).

Então foi como espaço social representado, em uma interpretação de mundo através do uso de seus lugares, que os agentes, sujeitos e grupos definiram suas posições (BORDIEU, 1989). No lugar social não se pode unir pessoas com diferentes objetivos, não é qualquer um que pode participar. O conhecimento do mundo social também está vinculado às categorias de pensamento, pois “representa um considerável poder social, o de constituir grupos, construindo o senso comum, o consenso explícito de qualquer grupo.” (BORDIEU, 1989, p. 142).

Considero que o Instituto do Museu Jaguaribano foi um lugar social que nos leva a refletir de que forma a população se identificou ou significou com o Museu

Jaguaribano? Na realidade na “cultura popular” talvez seja mais conhecido como o “museu do Aracati”, local de preservação da memória dos aracatienses ilustres.

Sua proposta inicial era defender os bens culturais da cidade contra o desgaste natural, da depredação imobiliária, roubo e vandalismo. Tal interpretação do patrimônio histórico e cultural levou a acreditarem que deveriam lutar para alertar as autoridades e a população para a preservação dos bens culturais da região. Oportunamente nesta ocasião viram a chance de se apropriarem do saber específico percebido tanto pelos fundadores como pelos sócios. O museu dos sujeitos facilitou que se tornassem os arquitetos da memória local, através da constituição de uma memória social individual e coletiva da história da cidade.

4.1.1. Os Fundadores:

Posta a situação, segmento os fundadores do Instituto do Museu Jaguaribano, era um grupo eclético e ciente de que deveriam e estavam na vanguarda pela preservação do patrimônio histórico do município. Acreditavam que, por Aracati ser uma cidade histórica, os fundadores sentiam-se obrigados e responsáveis em criar na cidade algo que já deveria ter sido feito há muito tempo, um museu. Suas ideias circulavam livremente entre seus pares, pois eram, professores, advogados, políticos, comerciantes, empresários, religiosos e médicos, enfim todos esclarecidos.

Os professores fundadores da rede particular eram: do Colégio Marista de Aracati, do Instituto São José (Ginásio São José) e do Instituto Waldemar Falção (Colégio Salesianas). Já da rede pública: da Escola de Ensino Fundamental e Médio Barão de Aracati (E.E.F.M. Barão de Aracati), do SESI, e da Escola de Ensino Fundamental e Médio Beni de Carvalho (E.E.F.M. Beni de Carvalho). Entre os religiosos, destaco as Irmãs: Helena Wanderley da Fonte, Maria Osminda Teófilo Bezerra, Catarina Nogueira, Luísa Vasconcelos Bezerril e os irmãos Marista Luís Facó e Régis Pierre Channal. Além de exercerem a função de professores em suas congregações participavam também como fundadores ou sócios do Instituto do Museu Jaguaribano. Era grande também a influência da igreja católica na cidade e no museu através dos padres sócios fundadores: Peixoto, Hennekan, Lopes e do Bispo Dom José Freire Falcão.

Havia ainda no quadro de fundadores advogados como o Senhor Hélio Idelburque Carneiro Leal, Abelardo Costa Lima Filho e Abelardo Gurgel Costa Lima; participou também o jornalista Carlos Gueiros Kramer; o médico Dr. Meton Barreto de Moraes e os políticos do município Abelardo Costa Lima Filho, Abelardo Gurgel Costa Lima e Antônio Kleber Alexandre Gondim e do Estado, representado pelo historiador Raimundo Girão. O empresário Arnaldo José Rodrigues Praça também foi oportunamente convidado para se associar a instituição.

Para os fundadores do Instituto do Museu Jaguaribano, o museu era um espaço de sociabilidades que preservou a memória das famílias oligárquicas tradicionais fundadoras e dos filhos ilustres da cidade. Sentiam-se responsáveis e guardiões da história da cidade, tinham a noção de que o museu não deveria ser público para não deixar se corromper pela instabilidade da política local. Nem todos os fundadores participavam assiduamente e efetivamente das reuniões, as decisões ou atividades mais importantes não encontravam resistência, procuravam manter sim era o status de uma aristocracia conservadora já sem o mesmo poder econômico de outrora.

4.1.2. Os Sócios:

Como instituição de memória o Instituto do Museu Jaguaribano tinha o propósito de transformar uma realidade social, percebida tanto pelos seus fundadores como pelos sócios. O Museu Jaguaribano foi capaz de manter uma verdade e um conhecimento, que de outra forma serviram como instrumento para se repensar as contradições sociais. Como todo museu, o Museu Jaguaribano também está em constante construção, em partes confere distanciamentos e aproximações.

Segundo artigo quarto de seu Estatuto (1971), “O Instituto do Museu Jaguaribano é composto de seis categorias de sócios de número ilimitado. Fundadores, Efetivos, Correspondentes, Honorários, Beneméritos e Coletivos”. Como já foi discutida a questão sobre os fundadores, abordo a partir da denominação da categoria de Efetivos, era para os sócios que contribuíssem de forma pecuniária anualmente. Os sócios da categoria Correspondente, para os residentes fora da Zona Jaguaribana. Os Honorários para os sócios de “relevante serviços prestados à Cultura em geral e ao Instituto do Museu Jaguaribano” (ESTATUTO, 1971, p. 7). Os sócios Beneméritos apenas para os que tenham contribuído com “elevado donativo de valor histórico ou de

qualquer espécie para a organização e manutenção do instituto” (ESTATUTO, 1971, p. 7). Neste momento, noto que entre as categorias de sócios Beneméritos e Honorários não foi possível observar qualquer indivíduo da cultura popular. Já a categoria de sócios Coletivos se destinava para as entidades jurídicas de ordem pública ou privada.

São representações hierárquicas baseadas nas relações dos sócios com o poder. Constatei que houve uma estreita relação entre famílias tradicionais, que se alternaram na diretoria, presidência e órgãos consultivo, deliberativo e fiscal. Funcionava convidando aracatiense, que possuísem cargos que oportunamente facilitassem ou favorecessem o andamento dos processos de inauguração, fechamento e reabertura do Instituto do Museu Jaguaribano, a se filiarem ao Museu Jaguaribano. Havia uma prática discursiva nas atas cuja intenção foi incisiva em captar, formalizar e registrar novos sócios tanto para solucionar problemas financeiros como sensibilizar o poder público e a população. Foi o museu que escolheu quem deveria, podia e merecia pertencer à determinada categoria de sócios de acordo com suas conveniências.

Sobre as atividades da diretoria no museu observo nas atas um silêncio que na verdade ilumina as tramas pelo poder e demonstra mais uma homogeneidade nas decisões, decorrente do descompromisso de alguns os sócios, interessados apenas em manter sua posição através do museu, e do claro desconhecimento por parte da população. A ausência dos sócios que às vezes eram também funcionários tornou algumas vezes as atribuições de museu não serem bem definidas, nem desenvolvidas devido à falta de envolvimento de todos os sócios. Os sócios na verdade não tinham conhecimento nem das práticas nem do que tinham no museu, faltava comunicação.

Os sócios que interpretam o Museu Jaguaribano como o “museu do Aracati”, portanto, na sua lógica eram guardiões e responsáveis pela história da cidade. É evidente que um sentimento de pertencimento identificava tanto o sujeito como à instituição, e que de outra maneira aproximava o individual do coletivo. Na prática tal pertencimento ocorria apenas para os nascidos na cidade e de classe nobre, embora não fossem assíduos frequentavam regularmente o museu, geralmente os sócios mais idosos e moradores da “Rua Grande”. Para alguns sócios o Museu Jaguaribano é sempre lembrado por políticos em momentos de campanhas políticas; por letrados em lançamentos de livros e artistas em exposições.

A própria “Rua Grande”, anteriormente denominada Rua Liberado Barroso, Rua do Comércio e depois Rua Coronel Alexanzito, foi um local onde se passou a serem construídos os espaços de poder. Primeiro quando Aracati foi Vila através da construção

da Casa de Câmara e Cadeia, das igrejas Matriz, de Nossa Senhora do Rosário, dos Prazeres e do Nosso Senhor do Bomfim, bem como de casarões ao longo dos séculos XVIII e XIX, já quando era cidade. No século XX a destruição tornou-se visível tanto pela deterioração natural dos bens históricos como pelo descaso e especulação imobiliária, denunciadas pelo Instituto do Museu Jaguaribano, desde a década de 70.

Os professores fundadores eram: Antônio Lúcio Porto Caminha, Alcy Barbosa Gurgel, Luiz Alreliano de Souza, João José Dias de Oliveira, Rosália da Costa Nepomuceno, Norma Ribeiro da Silva, Maria Bernadete Gurgel Felismino e Alba Barbosa Gurgel. O museu era frequentemente usado pelos professores de forma didática “para ilustrar as aulas”, embora não existisse qualquer projeto pedagógico nas visitas. Tal necessidade fez surgir trabalhos sobre a história da cidade na historiografia regional, escritos por autores da localidade.

Entretanto os alunos perceberam o “museu Jaguaribano” ou o “museu do Aracati” de forma distante sem realidade com seu cotidiano. Principalmente o ensino fundamental e médio, no ensino superior há maiores críticas quanto aos objetos da exposição e do acervo. Os alunos em geral entendem apenas que a cidade foi importante para a história do Ceará. As exposições não incitam a uma crítica social, há apenas uma sequência lógica de visita que segue um roteiro sem reflexão e que dá preferência apenas aos objetos e ações de personagens ilustres do município.

A educação é um processo permanente na vida social, envolvendo todos os parâmetros cotidianos da vida em grupo, formando o aprendizado e o conhecimento do indivíduo, e relativo a cada cultura. A educação facilita o processo de troca de símbolos, poderes e bens. O museu não é indiferente, pois é uma ferramenta para o ensino de história, principalmente para a história local.

É necessário criar diferentes enfoques sobre os objetos do museu Jaguaribano, no qual o mesmo museu abriga. A relação entre o sujeito e o objeto deve ser o recurso didático para projetos e atividades escolares. Mas é preponderante observar que este recurso não deve ser utilizado como complementação, mas atividade dinâmica, ascendente e reflexiva, visto que para alcançar estes aspectos é adequado um levantamento do acervo questionando os objetos que abriga e que estão expostos.

4.1.3. Os Visitantes

Somente se podia adentrar ao museu, vestido adequadamente conforme exigências do dossiê “Considerações sobre o Traje”, confeccionado pelo Irmão Marista Régis Pierre Channal e o Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal, esclarecendo que o propósito da instituição era a pesquisa e o ensino, portanto, necessitava de respeito no recinto. Por tal motivo, volta e meia os funcionários foram obrigados a impedir que pessoas com trajes como shorts, minissaias, bermudas e camisetas entrassem no museu. Os turistas de Canoa Quebrada geralmente vindos do sul e sudeste do país foram os visitantes que mais se chocaram com a medida, e para não darem viagem perdida os diretores vestiam uma calça reservada no museu para tal ocasião.

Antes o seu público era escasso, hoje é notadamente diverso e de todas as faixas etárias, é constituído de moradores da cidade e do seu interior, além de visitantes da região Jaguaribana e de outras cidades do Ceará, bem como das outras regiões do país e até do exterior. Observo em uma narrativa que “algumas pessoas chega a se emocionar falam, desabafam, se tornam amigos, principalmente os mais idosos e até os casais românticos”⁴⁶. O maior fluxo é geralmente nas férias de janeiro e fevereiro e quando há exposições. Para a depoente muitos visitantes dizem que não imaginavam que na cidade havia um museu, há ainda os alunos que depois da visita ao museu acabam trazendo seus pais e também os clientes do comércio da Rua Grande que aproveitam para visitar o museu, na maioria das vezes “as pessoas gostam embora não saibam que exista”. Quanto questionados sobre o fato de o museu ser unicamente da cidade de Aracati e não da região Jaguaribana responderam “me sinto orgulhosa ser a única cidade”.

Afinal, qual era a importância do museu para a população? Por certa perspectiva não havia conhecimento de toda a população de que existia um museu em sua cidade, apenas por parte da elite letrada. Por outra, a população não se reconhecia como sujeito no museu, mas se identificava com a instituição de memória da sua cidade. Constato um afastamento das camadas mais pobres da população não somente no quadro de sócios, mas até mesmo nas visitas, conforme alerta Elaine⁴⁷ em seu depoimento que “a classe humilde é muito rara aqui no museu”. Geralmente os visitantes geralmente gostam e saem satisfeitos e com as informações e o acolhimento.

⁴⁶ Liana Maria Farias Pontes. Guia de Visitação entrou para o museu em 2014. Entrevista concedida no Museu Jaguaribano em 16/03/14.

⁴⁷ Eliane Cristina Lima. Auxiliar de Serviços Gerais entrou para o museu em 2009. Entrevista concedida no Museu Jaguaribano em 16/03/14.

4.1.4. Os Funcionários:

O Museu Jaguaribano não contava com nenhum funcionário, vivia apenas de colaboração, boa vontade e disponibilidade dos sócios mais comprometidos. Foi somente na década de 80 que duas funcionárias foram cedidas pela Prefeitura Municipal de Aracati durante a gestão do prefeito Abelardo Costa Lima Filho. Hoje o museu mantém um quadro insuficiente de seis funcionários duas treinadas pelas ex-funcionárias: Maria Liduina da Silva e Maria das Graças Barros Pereira, que se aposentaram em 2013.

Considero que era comum o desconhecimento da instituição pela população, conforme o depoimento de Elaine “antes eu trabalhava na rodoviária e nem sabia que tinha museu, hoje vejo diferente”, e Liana⁴⁸ “eu nem imaginava que a cidade tinha um museu”. Outras pessoas que o conheciam não sabiam que já havia sido reaberto. Observei ainda na narrativa da funcionária Liana “as pessoas me tratam diferente quando perguntam onde eu trabalho que falo que trabalho no museu, as pessoas ficam mais respeitadas, sensíveis e educadas”, situação confirmada pela funcionária Elaine “faz a gente se sentir orgulhosa”. Observo que fazer parte do Museu Jaguaribano, independente do cargo ocupado na instituição, inspirava admiração e respeito para a população em geral.

4.2. O acervo do Instituto do Museu Jaguaribano:

O estudo do papel de seu acervo é importante na medida em que demonstram como foi criada uma narrativa histórica ilustrada nas exposições e que estão dispostas em uma perspectiva linear, evolutiva, cronológica de fatos, eventos e personagens. Está a serviço dos fundadores e dos sujeitos sociais que o constrói e são construídos. O museu é uma leitura do jogo de poder onde se articulam as práticas de preservação e a construção do saber local. O museu aproxima e modifica culturas em suas relações (CHAGAS, 2002).

Em outros termos o Museu Jaguaribano na modernidade é um dispositivo disciplinar, que através de seus saberes, comportamentos e linguagens específicas,

⁴⁸ Liana Maria Farias Pontes. Guia de Visitação entrou para o museu em 2014. Entrevista concedida no Museu Jaguaribano em 16/03/14.

produziram um traçado de hierarquização dos usos e dos usuários dos bens musealizados e patrimonializados, estabelecendo quem pode e de que forma pode utilizar o museu e o acervo.

Quero dizer que as memórias também são apropriações que representam as convenções sociais, de maneira que os objetos do seu acervo possuem conotação política, pois, apresentam-se como instrumentos para o exercício de dominação e exercício de poder. A história de poder local corresponde a uma lógica formal nos dispositivos de controle social no cotidiano, através dos objetos do museu. A exaltação de antepassados ilustres eram eixos temáticos galgados nos registros oficiais e na produção memorialística, por outro lado os objetos estavam desconectados da realidade de todos os cidadãos. As exposições e as peças de seu acervo não refletem a história da cidade, mas a construção do museu pelas famílias nobres da cidade. Os objetos que compõem o acervo do Instituto do Museu Jaguaribano foram coletados e doados por estas famílias.

Do ponto de vista da igreja houve grande proximidade através da doação da maioria das peças que compõem o acervo sacro do museu. Em solenidade, promovida pelo Instituto do Museu Jaguaribano no Auditório do Colégio Marista, foi homenageado o senhor Dom José Freire Falção, em 12 de setembro de 1970. No momento, o então Presidente da Câmara de Vereadores do Aracati o senhor Luiz Aureliano de Souza, entrega o diploma de sócio fundador do Museu Jaguaribano.

4.2.1. O que tem e onde estão?

O acervo do Instituto do Museu Jaguaribano é um documento, fonte de esclarecimento e instrumento de fortalecimento da pesquisa. Parte do acervo, que se encontrado nesta instituição, possibilita aos interessados, responsáveis e pesquisadores tomar conhecimento das informações sobre a região Jaguaribana e para subsidiar trabalhos.

Um instrumento bastante necessário quanto à técnica de museus é o inventário, garantia do depósito em confiança, detalha a aquisição, perdas, depósitos, conflitos, distração ou fraudes. Fidedigno e regular o inventário é dinâmico e instável, sempre atualizado sobre a situação dos objetos. Trabalhar com os artefatos de coleções

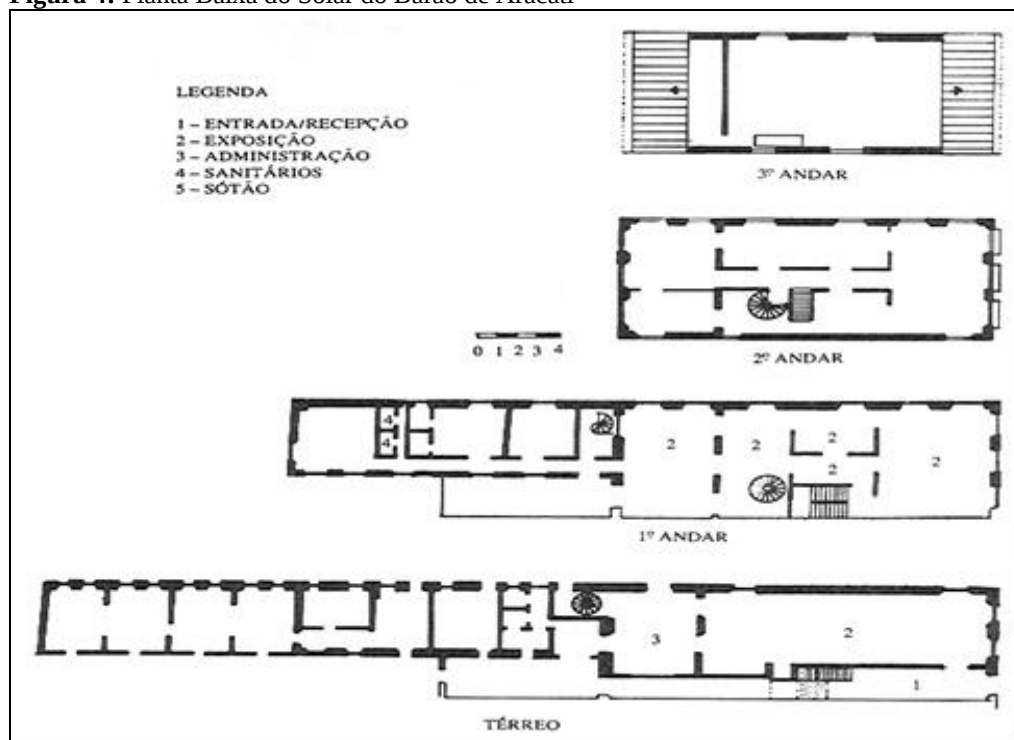
museológicas requer a compreensão de que os objetos não são apenas peças ilustrativas de uma cultura exótica ou de um passado remoto e saudosista, desprendido do presente.

O primeiro levantamento do acervo do Instituto do Museu Jaguaribano foi durante trabalho de limpeza e organização desenvolvido pelos alunos da FAFIDAM através do Projeto RONDON, depois durante a reabertura do Museu Jaguaribano. O inventário propriamente dito foi desenvolvido apenas pelo Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal em 1980, considerado o primeiro que fundamentou outras pesquisas como o “Catálogo: Museu Jaguaribano”.

A metodologia aplicada para o estudo do acervo foi a arquiteutura⁴⁹, que estuda os elementos edificados e suas relações com o passado, utilizando abordagens da arqueologia da paisagem, arquitetura e psicologia. Orienta-se como com uma técnica de estudo multidisciplinar compreendida em análise formal estratigráfica, espacial e de percepção.

O Museu Jaguaribano envolve seu visitante em sua arquitetura e paisagem dos espaços interiores podendo ser utilizadas para programas e atividades culturais. Através de sua planta baixa podemos identificar a imposição de uma lógica de percurso e ordem de visitação baseada na circulação dos visitantes em seu interior.

⁴⁹ Arquiteutura é o campo da arquitetura que estuda os elementos edificados e suas relações com os povos do passado, alinha-se com as abordagens da arqueologia da paisagem, arquitetura e psicologia. Orienta-se como metodologia com técnicas multidisciplinar compreendida em análise formal (estratigráfica e espacial) e análise de percepção. A primeira descreve de maneira estratigráfica o objeto de estudo do interior para o exterior definindo elementos de sua edificação e organização espacial, identificando tipologias e etapas de construção, e tem o objetivo de definir os distintos momentos de um sítio e as mudanças formais ao longo de sua trajetória. A análise de percepção divide-se em dois níveis: de movimento e de percepção visual.

Figura 4: Planta Baixa do Solar do Barão de Aracati

FONTE: SOUZA, Simone ALENCAR CUNHA, Terezinha Helena de. VELOSO, Francisco Augusto Sales. Patrimônio Tombado — Guia bens do Ceará Tombamento. Secretaria da Cultura e Desporto, Ceará, 1995.

No primeiro andar (térreo) há a exposição permanente dos “Ciclos Econômicos do Aracati” em concordância com o trabalho de pesquisa do Senhor Antero Pereira Filho. Encontramos nesta sala uma máquina registradora, cofres, moedeira de cana-de-açúcar manual, balança, carro de boi e canga, conjunto de ferramentas para carpintaria, conjunto de ferramentas para marcenaria, engenhoca, garrafão (usado na fabricação de aguardente), cangalha, alambique, roupa de couro (roupa de vaqueiro) e berrante entre outros objetos.

Logo depois encontramos uma sala para exposição permanente sobre os “Jornais Antigos do Aracati Antigo e Outras Regiões do País”. Adjacente, a esta sala há um corredor com placas e fotografias em homenagens a “Aracatienses Ilustres”, como Monsenhor Bruno da Silva Figueiredo⁵⁰, José Pereira da Graça (Barão de Aracati), Jacques Klein⁵¹, Benedito Augusto Carvalho⁵² e uma coleção de instrumentos musicais

⁵⁰ Nascido no dia 6 de outubro de 1852, ordenou-se sacerdote em 1875, foi professor de Filosofia e faleceu em Aracati em 1930.

⁵¹ Nasceu em Aracati em 10 de julho de 1930. Começou estudando piano no Conservatório de Música Alberto Nepomuceno, depois se mudou para o Rio de Janeiro onde estudou piano no Conservatório Brasileiro de Música, Estados Unidos e Viena. Em 1953 ganhou prêmio pelo Concerto para Piano e Orquestra, faleceu no Rio de Janeiro em 23 de outubro de 1982.

⁵² Nasceu em Aracati no dia 3 de janeiro de 1886, foi professor do Colégio Militar do Ceará, foi professor de Direito na U.F.C., Deputado Federal e Interventor Federal.

da antiga banda de música da cidade, doados pela família Zaranza. Existe uma mapoteca com mapa do Centro Histórico de Aracati, das ruas e praças da cidade. Na numismática uma coleção de cédulas e moedas do século XVII.

Depois da sala de exposição, há outra sala, usada antigamente para entrada dos empregados, que é responsável por abrigar algumas peças indígenas contendo: tacape, colar, maracá, peneira, pente, arco, lança, flecha e ponta entre estatuetas e imagens da fauna e flora. Consequente a este pavimento: cantina, refeitório, depósitos e um pátio para convivência, lançamentos de livros e obras de arte com palco para apresentações musicais e artísticas. Ambientando o espaço tem exposto uma peça de artilharia e uma âncora de um navio naufragado encontrados no litoral do município.

O aceso dos visitantes ao segundo andar do prédio do Museu Jaguaribano dá-se por uma escada na entrada ao lado da sala dos “Ciclos Econômicos do Aracati”, que no final dá acesso a uma sala de visita, expondo um conjunto de cadeiras, cuspideiras, assentos, tapetes, almofadas, uma cadeira austríaca do século XIX, um piano e quadros de membros das famílias dos doadores.

Seguindo por um corredor adornado nas paredes com pinturas do patrimônio da cidade, um conjunto de cadeiras e um aparelho de telefonia, podemos ver ao lado direito uma sala ambientada com objetos de um escritório, onde consta um busto do Barão do Rio Branco, uma máquina de datilografia, um cofre, espada e bainha, retratos da família Gurgel Pinto, imagens do Dr. Eduardo Alves Dias e pintura de Marco Franco Rabelo. A sala divide o mesmo espaço com o elevador, instalado pelo IPHAN para dar maior acessibilidade ao museu. Em frente do mesmo corredor deparamo-nos com a “Sala do Licor”, onde observamos um conjunto de cadeiras, rádio à energia, fotografias e pintura de Adolfo Caminha⁵³, Antônio Filismino Filho⁵⁴, Ernesto Gurgel Valente dentre outros. A mesma sala possui uma escada helicoidal que dá acesso ao terceiro piso

Adjacente a este cômodo, contemplamos a sala de jantar com cadeira de balanço, mesa, relógio de parede, mesa grande de formato oval com um conjunto com oito cadeiras e um armário com louças diversas. Logo depois a sala “Dragão do Mar” cujo acervo é composto por poucas peças são fotografias de Francisco de Assis do

⁵³ Nasceu em Aracati em 29 de maio de 1867. Um dos maiores nomes da Escola Naturalista do Brasil, jornalista escreveu: “A normalista”, “Bom Crioulo”, “Vôos Incertos”, “Judite”, “Nos País dos Yankes”, “Cartas Literárias” e “Tentação”, faleceu em 1 de janeiro de 1897.

⁵⁴ Nasceu em Russas no Ceará em 24 de setembro de 1865, chegou a Aracati em 1894 para trabalhar na firma Costa Lima & Irmão. Montou uma tipografia onde editou o jornal “O Rosário”, foi um dos fundadores do “Pão de Santo Antônio em Aracati”, reforçou igrejas e altares.

Nascimento⁵⁵, o “Dragão do Mar”, algemas, coleira e placa de homenagem e honra ao mérito à “Dragão do Mar”. Continuando temos mais três quartos um com “Trabalhos Manuais”, com objetos incertos e diversos; e outro em homenagem ao Dr. Hélio Idelburque Carneiro Leal com o guarda roupas, berço, cômoda penteadeira, baú com brinquedos contendo rói-rói, pega, pião e cordão, vareta, peteca, estica e puxa, baladeira ou estilingue, bonecas e maracá. O último é a “Sala dos Médicos” podemos observar um conjunto de material hospitalar tanto odontológico como ginecológico. No fim do corredor existe a “Cozinha”, ambientada com utensílios para preparo e cozimento.

O acervo para as exposições no terceiro piso é feito através da escada helicoidal na “Sala do Licor”, ao final da escada deparamo-nos com um quarto denominado “Sala dos Oratórios”, que expõem diferentes e diversos oratórios, há ainda esculturas de madeira, castiçais e sacrários. A porta à direita leva à “Sala de Estar” ambientada com uma mobília doméstica como cadeiras e um harmônio. As pinturas que ornaram o corredor foram doadas por artista local, ao final entramos a sala “Monsenhor Bruno”. Adjacente, contemplamos a sala denominada “Capela”, composta em sua maioria por objetos de ordem sacra e religiosa, são: esculturas de madeira simples e policromada ou em bronze, cadeiras genuflexório, cálices, manípulos, casulas, estolas, lanterna processional, lampadário, turíbulo em latão, batina, altares de madeira, pia batismal, capa de asperge, alva, dentre outros objetos de ordem cerimonial eclesiástica.

Mesmo que os objetos guardem a história de seus antepassados, não estão distribuídos uniformemente, nem em ordem cronológica. Na verdade guardam a memória dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, enfatizando um passado de esplendor de homens e mulheres do município que se destacaram no âmbito nacional.

Disposta a condição do acervo, indago se os objetos encontrados no Museu Jaguaribano correspondem à realidade social local ou, de outra maneira, se fazem parte do patrimônio cultural e qual sua interpretação pela população? Os objetos são parte do patrimônio da cidade, pois representam apenas um grupo, não é de todos. As pessoas reconhecem os sócios e o museu, mas não os objetos.

Como a maioria da população pouco conhece o museu e seu acervo, a percepção que eles têm é de uma instituição do passado, de um tempo que já passou usado apenas para se recordar e orgulhar. Não se identificam com o Solar do Barão do Aracati, nem

⁵⁵ Nasceu em Canoa Quebrada no dia 15 de abril de 1839, também era chamado de “Chico da Matilde” foi diretor da Sociedade Cearense Libertadora, lutou junto com jangadeiros e abolicionistas quando impediu o comércio de escravos no Ceará em 1882, faleceu em Fortaleza no dia 6 de maio de 1914.

com o Museu Jaguaribano nem tão pouco com seu acervo, porém todos que o conhecem se vangloriam do museu de sua cidade. Os objetos são uma construção do Instituto do Museu Jaguaribano e não se relacionam com a cidade. Por outro lado quem conhece a instituição representa seus fundadores, sócios e funcionários como educados e intelectuais. Ainda entre os mais próximos da instituição há um sentimento de orgulho por ser a única e a primeira cidade na região a possuir um museu.

4.3. Como funciona, pra quem e por quê?

O Instituto do Museu Jaguaribano nos é revelador no momento em que nos permite discutir o através de seu acervo as determinações de suas funções. O Museu Jaguaribano funciona de terça-feira a sábado das 8:00 horas da manhã às 11:00 e das 14:00 da tarde às 17:00 horas, segunda-feira e domingo é fechado, obedecendo o horário da maioria dos museus brasileiro, infelizmente nos feriados é fechado devido à insuficiência de funcionários. As reuniões dos sócios acontecem toda última quarta-feira de cada mês.

O Museu Jaguaribano é uma instituição particular de utilidade pública, não é totalmente público, o que muitas vezes confunde os visitantes e cidadãos, que o tomam como se o museu da cidade fosse necessariamente uma instituição da prefeitura. Segundo depoimento dos diretores é desejo que assim permaneça para impedir que o museu se perca ou se destrua nos incertos caminhos da política local “o desejo do Dr. Hélio era que o museu não fosse para o poder público e assim nos o mantemos”⁵⁶. Há, no entanto atualmente seis funcionários sendo: dois servidores públicos municipais cedidos ao museu, dois contratos terceirizados pelo município, e dois servidores públicos do estado. Existe ainda o repasse de uma verba mensal para custos de manutenção, através da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Aracati.

Conforme depoimentos dos diretores e presidentes o Museu Jaguaribano não possui, em seu quadro de pessoal, funcionários suficientes e adequadamente capacitados. Vive apenas com escasso apoio financeiro público e da contribuição de funcionários comprometidos ou de sócios mais compreensivos. A Superintendência do

⁵⁶ Senhor José Correia Calixto Lima, 67 anos, Artista Plástico, ex-diretor e ex-presidente do Museu Jaguaribano, residente na localidade do Cumbe, na cidade de Aracati, entrevista concedida na sede do Instituto do Museu Jaguaribano em 28/02/2013.

IPHAN no Ceará tem prestado apoio legal e estrutural ao imóvel como reformas e equipamentos. No entanto o Museu Jaguaribano sofre com a falta de recursos para uma melhor manutenção, conservação, organização e limpeza para expor a quantidade de peças de seu rico acervo, em todos os três pavimentos do Solar. Necessita ainda de apoio e capacitação de técnicos e especialistas nas diversas áreas para entender, analisar e utilizar seu acervo. Observo que mesmo criado por uma elite local, o museu sempre apresentou dificuldade financeira. Isto significa tanto um descaso com a cultura em geral como pelo baixo poder econômico dos aracatienses.

Para a sociedade intelectual aracatiense ele exerce a função de anteparo tanto para a cidade se perceber culturalmente como para expor sua vaidade na região, além de ser veículo de legitimação de dominação social. É também motivo para o cidadão comum se perceber como aracatiense embora nem todos o visitem, ou seja, é por meio dos procedimentos de ocupação dos espaços sociais que o Museu Jaguaribano expressa as muitas identidades da sua cidade através do tempo.

O Instituto do Museu Jaguaribano também tem a função de fiscalizar a preservação do patrimônio histórico e cultural, pois é considerado na cidade como órgão consultor para assuntos de preservação do patrimônio, capaz de expedir parecer validado e respeitado, “a retirada do carnaval da “Rua Grande” para ruas próximas foi uma reivindicação do Museu Jaguaribano”⁵⁷. O significado deste trabalho foi a ocupação do espaço social e do controle institucional para além da formação do público e do envolvimento da educação, tem, portanto, papel articulador na construção social.

O museu deveria também trabalhar os bens culturais da região, pois o significado da preservação de tais atividades enfatiza o desenvolvimento do turismo. Comemorações populares como a festa de “São Sebastião” (10 a 20 de janeiro), a “Festa do Senhor do Bom Fim” (dezembro) e da padroeira da cidade “Nossa Senhora do Rosário” (27 de setembro a 07 de outubro), e as manifestações populares como a festa do “Pastoril” e “Fandangos” e o “Bumba-meu-boi”, também fazem parte do patrimônio cultural da cidade.

⁵⁷. Idem.

5. CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa foram decorrentes de algumas escolhas: a primeira foi criar um diálogo interdisciplinar com outras áreas das ciências especialmente a antropologia, a arquitetura, a museologia e a sociologia. Como é possível compreender a temática do espaço urbano sem deixar de refletir sobre a aplicação destas disciplinas no espaço social e cultural das cidades do interior e fora dos grandes centros urbanos. Defendo a tese de que não se pode negligenciar mais o espaço urbano no interior, aqui no caso de forma mais específica na cidade de Aracati.

Neste trabalho optei por dar uma maior aproximação do museu Jaguaribano com a realidade da cidade que o abriga. O museu deve conhecer sua trajetória histórica e a de sua cidade, no entanto observei aqui a história da cidade na construção histórica do museu. A proposta para o museu Jaguaribano é que a interdisciplinaridade pode desenvolver atividades lúdicas e reflexivas abrindo espaço para um público mais crítico e participativo. Pretendo assim aproximar as informações do Instituto do Museu Jaguaribano e da cidade de Aracati com a comunidade acadêmica, a fim de iluminar e semear trabalhos ou pesquisas sobre os objetos além das áreas aqui abordadas. Desta maneira aproxima a cultura popular com a cultura acadêmica reproduzindo a realidade da cidade no museu.

O objetivo do Instituto do Museu Jaguaribano era a dominação e legitimação do espaço social e cultural local, fato constatado quanto repensei suas atividades pedagógicas e políticas através da memória dos sujeitos sociais fundadores e sócios. Percebi que a proposta da instituição em preservar o patrimônio histórico da região constituiu tanto uma determinada memória de si como uma narrativa da história local. O Instituto do Museu Jaguaribano é importante sim na medida em que não é discutida somente a história da cidade, mas também de toda a região Jaguaribana. Sua contribuição para a história e a cultura local é inegável, porém também é verdade que a moldou.

No primeiro capítulo fiz uma desconstrução da trajetória histórica do Instituto do Museu Jaguaribano para entendermos sua temporalidade na cidade de Aracati. No segundo capítulo desenvolvo a aproximação da memória coletiva, individual e social com as mudanças no tempo e na modernidade. Em minha opinião a modernidade e os museus têm estreita relação assim como o patrimônio que é suscetível as mudanças no

tempo e no espaço. Dei destaque a história oral temática e a representação da memória dos sujeitos sociais no cotidiano do museu. E no último capítulo apresentei uma análise sobre o acervo do museu Jaguaribano, constatando o que tem de quem é e por que. Percebo com clareza que os sujeitos sociais envolvidos construíram uma rede de sociabilidades no museu Jaguaribano.

Através da metodologia utilizada sustentando a proposta de se ter um novo olhar sobre trajetória histórica da instituição, resultado da investigação dos campos de atuação do Instituto do Museu Jaguaribano na sociedade local. Notei que a memória dos sujeitos sociais se relacionou com o modo de agir e pensar do patrimônio histórico e cultural no município. Refleti então sobre a dinâmica do Museu Jaguaribano na memória da história da cidade e como uma instituição de memória local representou a história da cidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos da história colonial (1500-1800)**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio. Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ANTUNES, Álvaro de Araújo. SILVEIRA, Marco Antônio. **Memória e identidade regional: historiografia, arquivos e museus em Minas Gerais**. In: Revista eletrônica Cadernos de História, ano II nº 01, Universidade Federal de Ouro Preto, mar. 2007.
- ARAGÃO, Raimundo Batista. **Cronologia dos Municípios Cearenses**. Fortaleza: Barraco do escritor cearense, 1996.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AYOSA, Plínio. **Aracaty. Revista do Instituto Histórico do Ceará**. T. 86, 1972: p. 281 – 4.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1999.
- BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- BARBOSA, Maria Edivani Silva. **Os agentes modeladores da cidade de Aracati-Ce no período colonial**. GeoTextos, vol. 7, n. 2, dez 2011. 13-43
- _____. **Aracati (CE) no Período Colonial: Espaço e Memória**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual do Ceará, 2004.
- BARROSO, Gustavo. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: FUNCET, 2004.
- BANN, Stephen. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: UNESP, 1994.
- BELCHIOR. Como nossos Pais. In: **Alucinação**. CD: Polygram, 1976.
- BITTENCOURT, José Neves. **Uma experiência em processo**. In: BITTENCOURT, José Neves (org.). **História representada: o dilema dos museus**. Livro do Seminário Internacional. IPHAN: 2003.

BRESCIANI, Maria Stella. Permanências e rupturas no estudo das cidades, in: **Anais do IV Seminário de história da cidade e do urbanismo**. Vol. 02, nº 01, Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2003.

BRASIL. **Constituição. República Federativa do Brasil. 1988**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BURKE, Peter. Conceitos centrais, in: **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CASTRO. José Liberal de. **Pequena informação relativa à arquitetura antiga no Ceará**. Revista Aspectos Históricos. Nº. 05. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. UFC: Fortaleza, 1977.

_____. **Preservação do patrimônio cultural**. In: Revista do Instituto do Ceará. (Histórico Geográfico e Antropológico). Tomo CXVII, vol. 122, pg. 99-148, Fortaleza: 2008.

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. Educação **Patrimonial em uma experiência itinerante**. In: Seminário REM-Ce. Experiências e Reflexões. Fortaleza, SECULT/Museu do Ceará: 2010.

CANDAU, Joel. O jogo social da memória e da identidade (2): fundar, construir, in: **memória e identidade**. 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: Biblioteca Folha de São Paulo, 2003.

CARR, Edward Hallet. **Que é História**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CAZUZA. O tempo não pára. In: **O tempo não pára**. CD; Universal Music Brasil: 1989.

CHAGAS, Mário. **Memória e poder: dois movimentos**. In: cadernos de Sociomuseologia nº19. Museu e políticas de memória. Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias. 2002.

CERTEAU, Michel de. O imaginário da cidade. In: **A cultura no plural**. Papirus: 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1987.

_____. (org.). **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CLOTILDE, Francisca. **A divorciada**. 2ª.ed. . Ceará: Editora Terra Bárbara, 1996.

DRAAISMA, Douwe. **Metáforas da memória**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix**. São Paulo: UNESP, 2013.

FERNANDES, Leônidas Cavalcante. **Retalhos da história**. Fortaleza: ABC Editora, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Júlia. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro, Ed. FGV: 1996.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Ed. Loiola, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Saldado. **Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história**. In: em tempo: história, memória, educação. RIOS, Kênia Sousa. FURTADO FILHO, Ernani (org.). Fortaleza: imprensa universitária, 2008.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do Siará Grande. In: SOUZA, Simone (org.) **História do Ceará** – Fortaleza: UFC/ Fundação Demócrito Rocha. 1989.

_____, Valdelice Carneiro. **As oficinas e charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1984.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1984.

GONDAR, Jô. Quadro proposições sobre a memória social. In: **o que é memória social?** Rio do Janeiro: Contra-capa livraria/Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento in: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio. Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita de história**. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2004.

HARTOG. François. Ordens do tempo, Regimes de historicidade, in: **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Ed. Centauro, 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: memória arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro. Aeroplano, 2000.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

_____. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1942.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2014.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Entre as normas do Reino e os condicionamentos do lugar. O desenho da Vila da Santa Cruz do Aracati na Capitania do Ceará, in: **Seminário de história da cidade e do urbanismo**. Vol. 10, nº 03, Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2008.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. À guisa de introdução – o espaço nordestino. O papel da pecuária e do algodão. SOUSA, Simone (org.) **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

_____. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

_____. **Fortaleza na visão dos idosos onde o público e o privado se entrecruzam.** In: O público e o privado – Revista do PPG em políticas públicas da UECE, ano 01, nº 01. Fortaleza, UECE: janeiro/ junho 2002.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. Cidade colonial, cidade moderna no Brasil: pontos e contra pontos, in: **Anais do IV Seminário de história da cidade e do urbanismo.** Vol. 04, nº 03, Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1996.

LEAL, Hélio Idelburque Carneiro. **Singelo documentário de alguns atentados a O patrimônio cultural de Aracati 1940 – 1994.** UNIFOR: Fortaleza, 1995.

_____. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário: A Matriz do Aracati.** Fortaleza: Minerva, 1998.

_____. **Aracati. Informações turísticas.** Instituto do Museu Jaguaribano, 1982.

_____. **Bandas de Música de Aracati.** Aracati: Minerva, 2003.

_____. **Casa de Câmara e Cadeia de Aracati.** Fortaleza: Minerva, 1997.

_____. **Capela do Cristo Rei, Colégio Marista de Aracati e o Bem-aventurado Padre Marcelino José Bento Champagnat.** Fortaleza: Minerva, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Unicamp: Campinas, 2008

_____. As Mentalidades. Uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir.). **História: Novos Objetos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 71.

LEACH, Edmund. Cultura/culturas. In: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa, IN-CM, 1989, vol. 5 p. 1-42. *Anthropos-Homem*, p.102-135.

LIMA, Abelardo Gurgel Costa. **Terra Aracatiense.** Aracati: Biblioteca de História do Ceará – I. 2ª edição. 1979.

_____. **A tragédia e “Orós” e o Município de Aracati.** Fortaleza: Editora Jurídica, 1960.

_____. **Pequena Corografia do Município do Aracati.** Fortaleza: Minerva, 1956.

LISTA DOS BENS CULTURAIS INSCRITOS NO LIVRO DO TOMBO (1938-2012). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Departamento de Articulação e Fomento – DAF. Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação. Copedoc. Coordenação de Documentação e Informação – Codin. Arquivo Central do IPHAN – Seção do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Fevereiro de 2013.

MATOS, Maria do Socorro de. **Desbravando o município de Aracati**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

_____. **Conhecendo um pouco da vida de Beni de Carvalho**. Fortaleza: expressão gráfica, 2003.

MAGALDI, Cássia. O público e o privado: propriedade e interesse cultural. In: **O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do patrimônio histórico. São Paulo: DPH, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **O Museu de cidade e a consciência de cidade**. In: Museu e Cidade. Livro do Seminário Internacional. RJ: Museu Histórico Nacional, 2003.

_____. **O museu na cidade x a cidade no museu – uma abordagem histórica dos museus de cidade** in: Revista Brasileira de História vol. 05, nº 8/9, São Paulo: 1985.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto: 2010.

MONNET, Jérôme. **O álibi do patrimônio crise da cidade, questão urbana e nostalgia do passado**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº24 Cidadania, Ministério da Cultura: 1996.

MONTALVÃO, Cláudia Soares de Azevedo. Visualizando o passado: museu e história, in: BITTENCOURT, José Neves, et. Al. **História representada: o dilema dos museus. Livro do Seminário Internacional**, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003: p. 120-121.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1981.

NOGUEIRA, Jacqueline de Carvalho. **Aracati: Evolução, Arquitetura e Reabilitação**. Requisito de avaliação final referente à conclusão do curso de Arquitetura. Recife: UFPE. 1999.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: **o direito ao passado**. In: **o direito a memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do patrimônio histórico. São Paulo: DPH, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. In Revista Brasileira de História vol. 27 nº 53, São Paulo, 2007.

_____. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PEREIRA FILHO, Antero. **Histórias de Assombração do Aracati**. [s. l.: s. n.], 2006.

_____. **A maçonaria em Aracati 1920-1949**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

_____. **Ponte Presidente Juscelino Kubitschek**. Caderno de História vol. 1. Coleção Terra Aracatiense. Aracati.

PINHEIRO, Francisco. José. Mundos em confronto, europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricos Vol. 2, nº 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**; tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. Museu, nação, acervo. In: **história repensada: o dilema dos museus**, pg. 25-62. BITTENCOUT, José Neves (org.). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2003.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz: 2010.

RICOUER, Paul. Memória pessoal, memória coletiva. In: **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

RIEGEL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Ed. UCG, 2006.

ROYO, Manuel. GALINIÊ, Henri. **A arqueologia à conquista da cidade**. In: Passados Reconstituídos: campos e canteiros da história. BOUTIER, Jean. JULIA, Dominique (org.). Rio do Janeiro: Ed. UFRJ/FGV: 1998.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)** nº24 Cidadania, Ministério da Cultura: 1996.

ROLIM, Leonardo Cândido. **Tempo das carnes do Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes da Vila de Santa Cruz do Aracati. (c.1690-1802)**. Tese de dissertação de Mestrado, João Pessoa: UFPB, 2012.

SANTOS, Maria Cecília T. Moura. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. Salvador: UFBA, 1993.

SÁ PESSOA, João Alfredo Donas. **Catálogo – Catálogo: museu Jaguaribano**. Aracati, [s.n.t.].

SILVA, Raulene Gonçalves Oliveira da. MARIZ, Silviana Fernandes. **Construindo o Aracati**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Brasil – Ministério da Cultura/ Governo do Estado do Ceará/ Banco do Nordeste, 2011.

SILVA, José Correia da. **O Aracati que eu vivi**. Rio Grande do Norte: Queima-Bucha, 2011.

SILVA, Lúcia. **Trajetória de um conceito: patrimônio, entre a memória e a história**. In: Mosaico – revista multidisciplinar de humanidades. Vassouras, Vol. 1, nº 01, p. 36-42: jan/jun 2010.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo de. **A cidade e o patrimônio histórico**. Cadernos Paulo Freire nº 1. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. 2003.

SOUZA, Simone ALENCAR CUNHA, Terezinha Helena de. VELOSO, Francisco Augusto Sales. **Patrimônio Tombado — Guia bens do Ceará Tombamento**. Secretaria da Cultura e Desporto, Ceará, 1995.

STUDART, Barão de. **Datas e factos para a História do Ceará**. Revista do Instituto do Ceará. T. 09; 1895. Págs.: 88 – 105.

XAVIER, Ricardo Palhano. DORIAM SAMPAIO. Filho. SOUZA. Simone de. **Município do Ceará, vol. 1**. – Fortaleza: Multigraf editora, 1994.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria contemporânea. In: NOVAIS, Fernando e SILVA, Rogerio Forastieri (org.). **Nova história: em perspectiva vol. 1. Propostas e desdobramentos**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.438-517.

WINTER, Jay. **A geração da memória reflexão sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos da história**. In: SILVA, Márcio Seligmann. (org.). Palavra & imagem: memória escrita. Chapecó: Argos, 2006.

ZAIDAN FILHO, Michel. **A crise da razão histórica**. Campinas: Papirus, 1989.

Fontes:

Documentos Oficiais:

Assembleia Geral de 13 de outubro de 1973. **Instituto do Museu Jaguaribano**.

Assembleia Geral de 09 de outubro de 1976. **Instituto do Museu Jaguaribano**.

Assembleia Geral de 10 de outubro de 1982. **Instituto do Museu Jaguaribano.**

Assembleia Geral de 15 de outubro de 1979. **Instituto do Museu Jaguaribano.**

Assembleia Geral de 06 de outubro de 1985. **Instituto do Museu Jaguaribano.**

ESTATUTO. **Instituto do Museu Jaguaribano.** Imprensa Oficial do Ceará. 1984.

ESTATUTO. **Instituto do Museu Jaguaribano.** Imprensa Oficial do Ceará. 1971.

Fonte Oral:

Entrevistas:

Profa. Maria do Socorro de Matos. 58 anos, professora da rede pública e particular há 35 anos, é sócia do Instituto do Museu Jaguaribano, ainda é membro da diretoria, reside em Aracati, entrevista concedida em sua residência em 01 ago. 2012.

Senhor José Correia Lima conhecido como “zé pezim” 87 anos, pensionista, foi jornalista e reside em Aracati, entrevista concedida em sua residência em 30 jul. 2014.

Senhor Antero Pereira Filho, escritor, historiador, economista e ex-diretor do Instituto do Museu Jaguaribano, entrevista realizada durante mesa redonda para o Grupo de Pesquisas em Práticas Urbanas (GPPUR) no teatro Hélio Santos no Solão Casarão em Aracati em 22 ago. 2014.

Padre Oleriano Barbosa de Andrade vigário da paróquia de Aracati em entrevista concedida ao Grupo de Pesquisas em Práticas Urbanas (GPPUR) na casa paroquial de Aracati em 19 ago. 2014.

Senhor José Correia Calixto Lima, 67 anos, Artista Plástico, ex-diretor e ex-presidente do Museu Jaguaribano, residente na localidade do Cumbe, na cidade de Aracati, entrevista concedida na sede do Instituto do Museu Jaguaribano em 28 fev. 2013.

Sra. Dione Fiúza Lima. 76 anos, aposentada da Câmara Legislativa, trabalhou no SESI, é sócia do Instituto do Museu Jaguaribano residente na rua coronel Alexanzito, entrevista concedida na cidade de Aracati em 06 mar. 2013.

Prof. José Gondim de Lima Neto, 58 anos, professor da rede pública da região, morador da cidade, entrevista concedida em sua residência em 14 out. 2014.

Senhora Liana Maria Farias Pontes. Guia de Visitação entrou para o museu em 2014. Entrevista concedida no Museu Jaguaribano em 16/03/14.

Senhora Eliane Cristina Lima. Auxiliar de Serviços Gerais entrou para o museu em 2009. Entrevista concedida no Museu Jaguaribano em 16/03/14.

Documentos Hemerográficos:

Jornal O Povo, 18 Dez. 1975, Fortaleza. Ceará. “Museu de Aracati, fechado há um ano”.

Jornal O Povo, 19 Out. 1980, p.27. Fortaleza, Ceará. “Museu denuncia alienação de residência em Aracati”.

Jornal O Povo, 07 Nov.1980, Fortaleza, Ceará. “Apesar do alerta a casa dos Correias foi mutilada”.

Jornal O Povo, 10 Abr. 1977, Fortaleza, Ceará. “Aracati – um patrimônio em ruínas”.

Jornal O Povo, 10 Out. 1977, Fortaleza, Ceará. “Azulejos, beira e bica e sub-beira”.

Diário do Nordeste, 20 Abr. 1986, p. 10. Fortaleza, Ceará. “O Museu de Aracati”.

Manuscrito:

LEAL. Hélio Idelburque Carneiro. **Instituto do Museu Jaguaribano – um pouco de sua história e de suas realizações mais recentes** – Fortaleza – CE, [S. Ed.], 1979.

_____. **Considerações sobre o Traje**. Aracati, [S. Ed.], 1994.

Documentos Em Meio Eletrônico:

SOBRADO DO BARÃO: **Desfazendo um Equívoco**- Por Antero Pereira Filho 21 de junho de 2008. [online]. Disponível via Internet via www. url: <http://luacheia.art.br/site>. capturado em 28 de abril de 2011.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus brasileiros e política cultural**, in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, nº 55, São Paulo Junho: 2004. Disponível na internet via www, url: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0102-690920040002&script=sci_issuetoc. Capturado em 17/11/2013.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Belo Horizonte, São Paulo: EDUSP, 1988.

ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: **Revista da Faculdade de Letras** – Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp; 77-97.

ALEMÃO, Francisco Freire, **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato 1859**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ANDRADE, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu**. Lisboa; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Cadernos de Sociomuseologia nº. 13, 1998.

ARACATI. Revista do Banco do Nordeste do Brasil – B.N.B. Fortaleza, DEPAD - Dimec, 1982.

BARBOSA, Maria Edivani Silva. **O rio das onças e a cidade de Aracati**. Artigo publicado no informativo do Centro Aracatiense, ano X - Nº XXXVII. Abril-Maio-Junho de 2009.

BARROSO, Gustavo. **Introdução à técnica de museus**. Museu Histórico Nacional. Gráfica Olímpia. 1951.

BARBOSA, Josias Correia. **Aracati e seus tipos populares**. 2ª Palestra. Arquivo do Centro Aracatiense (Homens, Factos e Cousas de Aracati). [s. l.]. Ramos e Pouchain, 1945.

_____. **Aracati e seus tipos populares**. 1ª Palestra. Arquivo do Centro Aracatiense (Homens, Factos e Cousas de Aracati). [s. l.]. Ramos e Pouchain, 1943.

BEZERRA, Agamenon, **Jacques Klein**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006.

BITTENCOURT, José Neves (org.). **História representada: o dilema dos museus**. Livro do Seminário Internacional. IPHAN: 2003.

BRAGA, Renato. **História da comissão científica de exploração**. Coleção mossoroense. BNB/MEC: 2000.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. **Princípios, problemas e métodos**. Lisboa; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Cadernos de Sociomuseologia, n. 10, 1997.

BOHAN-VARINE, Hugues. **Os museus no mundo**. Rio de Janeiro: Salvat editora do Brasil, 1979.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. **Memórias clandestinas e sua museificação**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

CASTRO, José Liberal de. **Arquitetura Eclética no Ceará**. In: Ecletismo na Arquitetura Brasileira. Org. Annateresa Fabris. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

CARDOSO, José Augusto de Amorim. **A cidade não revelada**. IOCE/UECE 1996.

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Imagens de vida, trabalho e arte. A coleção do imaginário do museu Diocesano Dom José (Sobral – CE)**. Universidade Estadual do Ceará. Monografia de fevereiro de 1997. Fortaleza- CE.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CORRÊA, Marlene. **Caminhando Ceará**. 1º edição. São Paulo: FTD, 1989.

CURY, Marília Xavier. **Museologia – marcos referencias**. Cadernos de CEOM, Chapecó. Argos, 2005.

DANTAS, Shirley Carvalho. **Turismo, Produção e apropriação do espaço e percepção ambiental: o caso de Canoa Quebrada, Aracati, Ceará**. (Dissertação de Mestrado). PRODEMA, 2003.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de Maurice Halbwachs e Pierre Nora. In: **Revista Brasileira de História**. Memória, história historiografia. V.13, nº 25/26. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.

DECCA, Edgar Salvatori de. Memória e cidadania in: **O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania**. Departamento Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura: São Paulo, 1992.

Declaração de Santiago 1972. **Mesa-Redonda de Santiago do Chile - ICOM**, 1972. [online]. Disponível via Internet via www. url: http://www.museologia-portugal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=3:declaracao-de-santiago-1972&catid=3:declaracao-de-santiago-do-chile-1072&Itemid=3. Acesso em 22/10/2011.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. Ceará no século XVIII: Icó, Aracati e Sobral. In: **A construção do Brasil Urbano**. Revista Oceano nº 41, p 104-118, Lisboa, CNCDP, 2000.

FARIAS, Alex da Silva. **O Aracati e o Instituto do Museu Jaguaribano**. Monografia de defesa graduação. Universidade Estadual do Ceará. 2000. Fortaleza- CE

_____, Alex da Silva. **O uso do Museu como Patrimônio Cultural no ensino de História**. Monografia de defesa de pós-graduação. Universidade Estadual do Ceará. Monografia de julho de 2003. Fortaleza- CE.

FERREIRA NETO, Cicinato. **Estudos de história Jaguaribana: documentos, notas e ensaios diversos para história do baixo e médio Jaguaribe**. Fortaleza: Premium, 2003.

FENTRESS, James. WICKHAM, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº24 Cidadania, Ministério da Cultura: 1996.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2000.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas do Ceará in: SOUZA, Simone (org.). **História do Ceará**, Fortaleza: UFC, 1994.

_____. **Catálogo guia do pesquisado. Vol.1**. Universidade Federal do Ceará, 1988.

GIRÃO, Raimundo. **Evolução histórica do Ceará**. Fortaleza: BNB, 1986.

_____. **Os municípios cearenses e seus distritos**. Fortaleza: SUDEC, 1983.

HARTOG François. **Tempo e patrimônio**, in VARIA História, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p. 261-273, jul/dez 2006.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. **Museu histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da história (1932-1942)**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005.

_____. Museu Histórico do Ceará. **A memória dos objetos na construção da história de Fortaleza**. Fortaleza: Secult, 2008.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro, VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **A urbanização do Ceará setecentista: as Vilas de Nossa Senhora da Expedição do Icó e de Santa Cruz do Aracati**. Salvador, 2007.

KRAMER, Carlos – Síntese Histórica das Cheias de 1974. Aracati-Ce. 1976.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade: conflito de hegemonias**. Fortaleza: Sylus comunicações, 1991.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. MALEQUE, Miria Roseira. **Espaço e cidade: conceitos e leituras**. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

MAGALHAES, Aline Montenegro. **Culto da saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959)**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

NOBRE, Geraldo. **As oficinas de carnes do Ceará**. Fortaleza: Gráfica Editora do Ceará, 1977.

ÓRIA, Ricardo. Fortaleza: lugares de memória. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

OLIVEIRA, Almir Leal de. As carnes secas do Ceará e o mercado Atlântico no século XVIII. In: DORÉ, Andréa. SANTOS, Antônio César de Almeida. (org.) **Temas Setecentistas: Governos e populações no Império Português**. Curitiba: UFPR – FCHLA/Funart; Araucária, 2008.

OLIVEIRA, Anna Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar: memória e escrita da história do Museu do Ceará (1932-1976)**. Fortaleza: Museu do Ceará, SECULT, 2009.

O MUSEU em perspectiva. (Encontros e Estudos, 2). Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, FUNARTE, 1996.

O CEARÁ DOS ANOS 90: CENSO CULTURAL, Governo do Estado do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto, Fortaleza, 1992.

PAIVA, Olga Gomes de (Coord.). **Aracati: patrimônio de todos para a preservação do patrimônio cultural**. IPHAN. Fortaleza: Ministério da Cultura, 2000.

PRIMO, Judite Santos. **Pensar, contemporaneamente a museologia**. Caderno de Sociomuseologia nº16. ULHT, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, 1999.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVII-XVI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS NOGUEIRA, Antônio Gilberto. Comemorações, temporalidades e práticas de preservação do patrimônio cultural, in: **Cultura e Memória: os usos do passado na escrita da História**. RAMOS LOPES, Francisco Régis (org.), Fortaleza, Núcleo de Documentação Cultural – UFC, Instituto Frei Tito de Alencar: 2001.

RATTS, Mariana (org.). MARTINS, Aterlane. PASSOS, Marcos. **Anais do II Seminário REM-Ce Museus & pesquisa: memória e contextos contemporâneos**. Cadernos Paulo Freire XII. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado de Ceará, 2011.

REZENDE SILVA, Maria Beatriz Setúbal de. **Preservação na gestão das cidades**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº24 Cidadania, Ministério da Cultura: 1996.

ROLIM, Leonardo Candido. **Matar salgar, navegar: produção e comércio das carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati – Capitania do Siará Grande, 1767-1793**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

SAMPAIO, Dorian. **Anuário do Ceará, vol. 1**. Fortaleza: O Povo publicações Ltda., 1996/1997.

SANTOS, Maria Veloso Motta. **Nasce a Academia SPAHN**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nº24 Cidadania, Ministério da Cultura: 1996.

SILVA, Michel Platini Fernandes da. **Coleção, colecionador, museu: entre o visível e o invisível. Um estudo acerca da Casa de Cultura Christiano Câmara em Fortaleza, Ceará**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins/ Programa de Pós- Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Lúcia Maria de. **Álbum do Jaguaribe**. Fortaleza: Premium, 1998.

SOUZA, Eusébio de. (Org.). **Álbum do Jaguaribe: Comemorativo da passagem do primeiro centenário da Independência do Brasil**. Belém: Empresa Gráfica Amazônia, 1922.

TEIXEIRA, Manuel C. A influência dos modelos urbanos portugueses na origem da cidade brasileira. In: **Anais do IV Seminário de história da cidade e do urbanismo**. Vol. 04, nº 03, Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1996.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

VALE DO JAGUARIBE NATUREZA E DIVERSIDADE CULTURAL – I.
Propostas Alternativas nº 06. Instituto da Memória do Povo Cearense – IMOPEC,
Fortaleza, 1999.